

EM TEMPO!

Periódico nacional • Ano VIII • n.º 203 • agosto 1985 Cr\$ 2.000

Arquivo "E. LEUENROTH"
FCH/UNICAMP
n.º tombo 8/273
classif.

dupl

CONFERENCIA SINDICAL DE LOS
TRABAJADORES DE AMERICA
LATINA Y EL CARIBE SOBRE LA
DEUDA EXTERNA



Unidade na luta contra a dívida e o FMI

Páginas 10 e 11

Plásticos - SP
Oposição na cabeça
Mais um na CUT!

Página 12

Eleições municipais
A cobertura do PT

Páginas 3, 4, 5 e 6

As organizações de esquerda e o PT

O processo de definição da política e das candidaturas do PT às prefeituras que se disputam em 1985 tem dado lugar algumas vezes a enfrentamentos acirrados, a crises, à saída de militantes do partido. Como ao mesmo tempo este processo tem assinalado um crescimento da influência dos setores mais à esquerda do PT, inclusive de organizações revolucionárias, têm havido um relançamento da antiga discussão da relação entre o PT e as organizações de esquerda que militam no seu interior.

Muitos dos setores mais à direita do PT vêm advogando a exclusão das organizações revolucionárias do PT. Por outro lado, o fato de que partidos até há pouco clandestinos, que participavam do PMDB, como o PCB e o PC do B, vêm se registrando e atuando legalmente, reforça a questão: por que as organizações que participam do PT não seguem o mesmo caminho, e se legalizam?

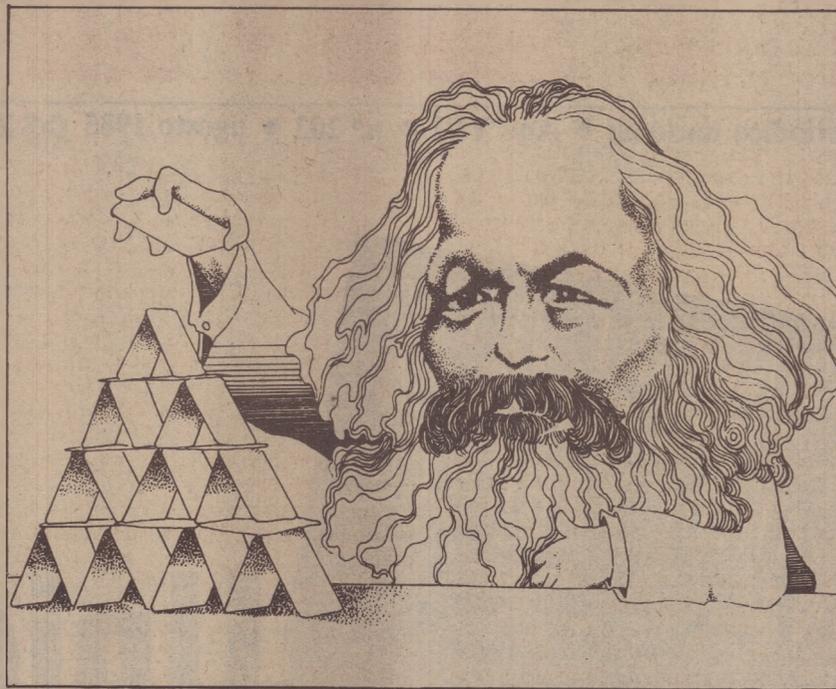
Esta discussão é em geral feita de forma confusa. Assim, é oportuno que tentemos dar nossa contribuição ao esclarecimento destas questões de grande importância.

Por que o PT passa por uma crise?

Que o PT tem passado por uma crise, no sentido de perder alguns setores, de não conseguir um grande crescimento, de não superar problemas importantes de organização, de ter grandes dificuldades para o funcionamento dos organismos de direção, é verdade. Mas estes fatos, se bem explicados, não devem nos perturbar.

A razão fundamental para esta crise do partido é o relativo isolamento a que vem sendo submetido, a partir do sucesso que até agora têm tido as forças da "Nova República" para realizar uma transição da ditadura militar para um regime democrático burguês sob seu controle, com um razoável apoio popular. Este sucesso das forças conservadoras, respaldadas pelos setores reformistas, conciliadores, do movimento operário e popular, não pode deixar de exercer uma forte pressão sobre o PT, desgastando-o.

Uma segunda razão para as dificuldades que vive o PT é o fato de que até agora o conjunto da direção do partido não conseguiu definir uma política clara para a conjuntura atual. Apesar das dificuldades do momento, o partido tem boas possibilidades de desenvolvimento: a "Nova República" conseguiu um apoio razoável, mas não o suficiente para paralisar ou acomodar o movimento operário e popular. Há lutas se desenrolando, e importantes; não há perspectivas de um "pacto social". O setor combativo do movimento, em particular a CUT, tem crescido. Assim, uma política clara de formar uma alternativa operária e popular ao governo da Aliança Democrática tem uma base para se fortalecer: se isto não ocorre, é porque não está sendo levada com coerência uma tal política.



Assim, ao contrário de os setores mais à esquerda do PT terem uma responsabilidade na criação de uma crise do partido, o que ocorre é justamente o contrário: na medida em que contribuem para definir uma política mais clara para o partido, estes setores ajudam a superar a crise.

Por que não é correta a idéia de que cada organização de esquerda deve se legalizar, e atuar em faixa própria?

Esta questão aparentemente de senso comum pode na verdade ser respondida de modo bem simples: não nos interessa de modo algum a fragmentação da esquerda, a sua dispersão. A construção de um partido revolucionário de massas — objetivo fundamental de uma organização marxista — passa necessariamente pela unidade de todas as correntes revolucionárias, e que se batem pela independência dos trabalhadores, e não pela sua separação.

Só faria sentido sair do PT e atuar em faixa própria para uma organização que se julgasse "o partido" ou "o embrião de partido" já pronto, o que é aliás o que pensam o PCB e o PC do B. Para os que recusam esta concepção auto-proclamadora e ultimata, o caminho natural é, portanto, lutar pela construção de um partido revolucionário a partir do PT, a partir do coesioneamento de todas as suas correntes, de todos os setores que buscam uma política própria para os trabalhadores, a partir do avanço de suas posições.

Faz sentido pedir uma disciplina especial para as organizações de esquerda?

No texto da articulação dos "113" para a convenção estadual de São Paulo, há uma passagem que diz:

"o que há de comum entre todas elas (as organizações e tendências),

e que neste sentido só as diferencia do restante do partido, é que elas possuem outro programa e estão sujeitas a outras disciplinas que não apenas a do PT. As diferenças entre elas se explicitam quanto à maneira de se relacionarem com o PT: algumas vêem o PT apenas como uma legenda eventual e de "aluguel"; outras investem na construção do PT, esperando impor ao conjunto sua hegemonia e seu modelo de partido revolucionário; finalmente, há as que recrutam militantes no PT, cumprem tarefas no partido, e aguardam o melhor momento para assumir-se com face própria. Como o PT não é uma frente, cabe-nos, a cada momento, travar a luta política contra as correntes e organizações que tentam desfigurá-lo. Os militantes destas organizações, portanto, devem ser encarados por nós como filiados do PT, sem discriminações, mas também sem privilégios. Na nossa convivência com estes grupos, o combate político deve ser preferido às medidas administrativas ou disciplinares. Entretanto, é preciso deixar claro que todas as medidas disciplinares previstas no Regimento devem ser aplicadas nos casos em que, comprovadamente, militantes de organizações descumprirem decisões democraticamente adotadas pelo PT".

Comentando esta passagem, podemos esclarecer alguns equívocos. Em primeiro lugar, é verdade que as organizações de esquerda têm programas e disciplina que vão além dos do PT. Isto não é mau, visto inclusive que o PT é um partido em construção, com muitas indefinições. Além disto, a própria "articulação dos 113" tem um programa e uma disciplina que vão além dos do PT: atua muito centralizadamente. Além disso, o mesmo ocorre com setores como os ligados à Igreja, os grupos de sindicalistas e outros (por exemplo, com uma visão social-democratizante) que participam da "articulação dos 113".

Além disso, da frase "outras investem na construção do PT, esperando impor ao conjunto sua hege-

monia", se retiramos o tom preconceituoso, fica uma idéia muito natural: a de uma corrente política que constrói o partido e procura ganhar apoio para suas idéias... Por outro lado, é compreensível que os autores da passagem citada queiram combater os que querem desfigurar o PT. Só que isto ocorre não com as organizações revolucionárias, mas fundamentalmente com os que defendem, por exemplo, políticas de colaboração de classe...

Finalmente: fala-se medidas disciplinares contra os que descumprem decisões democraticamente adotadas pelo PT. Ótimo. Mas mais uma vez, aqui há um erro de alvo: por exemplo, quem descumpra mais abertamente uma decisão democrática do PT do que o deputado Luís Dulce, que combate o candidato a prefeito escolhido pelo partido em Belo Horizonte? Do jeito que o texto está redigido, passa uma idéia que é: as organizações devem ser obrigadas a cumprir as decisões do partido, os outros grupos podem fazer o que bem entendem.

Assim, a verdade é o seguinte: o PT é um partido em construção, no qual convivem várias correntes, algumas mais organizadas do que outras, com um certo número de divergências, inclusive quanto ao projeto político. Não há nenhuma base para querer medidas especiais contra as organizações de esquerda — a não ser, é claro, para os que discordam das suas posições e não querem enfrentar um debate franco.

Quem constrói o PT?

Na construção do PT, muitos companheiros vêm colaborando. Desde a sua fundação algumas organizações de esquerda vêm tendo uma participação fundamental. Mais ainda: na medida em que o sentido essencial do PT é a busca da independência política de classe dos trabalhadores, e a sua emancipação radical, são algumas organizações da esquerda revolucionária, as mais conseqüentes, que têm maior compromisso com a sua construção, que têm maior identidade com o seu projeto básico.

Há, é claro, organizações que têm posições sectárias, algumas que em determinado momento viram o PT como legenda de aluguel. Isto é criticável. Mas o descumprimento com o PT tem sido muito mais visível em setores que participaram da articulação majoritária a nível nacional, que se organizou contra as organizações de esquerda. Pois são fundamentalmente (embora não exclusivamente) gente que fazia parte desta articulação que tem deixado o PT.

O momento exige que adotemos um ponto de vista claro: o PT sofre uma pressão forte, tem passado por uma crise. Pode crescer, se soubermos aproveitar as chances dadas pela conjuntura. Para tanto, devemos deixar de lado falsas discussões, e lutarmos pela maior unidade possível de todos os que se dispõem a construir o partido.

Conquistar BH: a meta do PT

A campanha classista e de massas do PT mineiro deu passos importantes nos últimos dias.

No último dia 3, em uma convenção popular realizada na Câmara Municipal, foi escolhida Sandra Starling para disputar a vice-prefeitura pelo PT. Sandra, professora universitária, marcou forte presença quando candidata do partido ao governo do Estado em 1982. Na convenção, uma parte do plenário, embora não fizesse restrição política alguma à candidatura de Sandra, manifestou a sua preferência pelo nome da vereadora do PT em Belo Horizonte Helena Greco, conhecida nacional e internacionalmente pela sua participação na luta pela anistia e pelos direitos humanos. Helena Greco, no entanto, já havia manifestado o seu apoio à candidatura de Sandra Starling através de uma carta e também expressado a sua posição política de não aceitar a disputa na pré-convenção, interessada prioritariamente em fortalecer a unidade do partido.

Dinâmica, com uma tradição de posicionamentos à esquerda nos grandes debates que marcaram a história do PT em Minas, Sandra traz uma importante contribuição à capacidade de mobilização da campanha.

No domingo, dia 4, foi realizada a convenção legal em Belo Horizonte, que oficializou a chapa Virgílio Guimarães e Sandra Starling para a prefeitura de Belo Horizonte.

Dois erros que é preciso evitar

No mesmo dia da convenção popular que escolheu a candidata à vice-prefeitura, foi lançada a primeira plataforma de programa da candidatura do PT. Ela será desdobrada e enriquecida pela discussão dos comitês no curso da campanha.

O programa do PT para a prefeitura pretende fugir a duas tentações. Em primeiro lugar, evitar uma concepção propagandística de campanha, na qual o partido se limitaria à defesa das bandeiras gerais do movimento operário e

Sandra Starling é a candidata do PT à vice-prefeitura de Belo Horizonte. E foi também lançada a primeira versão da plataforma de programa da candidatura do PT.

popular, não entendendo o caráter específico municipal das eleições de novembro, nem se esforçando para concretizar denúncias e propostas relacionadas com a realidade de Belo Horizonte. Tal concepção, se levada à prática, isolaria o partido das massas e o marginalizaria da disputa política com os partidos burgueses.

Um segundo erro seria, ao contrário, pretender construir um elenco de propostas técnicas e "realistas" para a atuação da prefeitura, assentado na ilusão de que uma gestão moderna e progressista poderia resolver os problemas cotidianos que afligem a maioria da população. Além de não compreender as limitações atuais do poder das prefeituras, de desprezar o aspecto decisivo da mobilização popular para fazer valer os interesses dos trabalhadores contra os grandes grupos empresariais, essa concepção faz um corte com a luta nacional pela construção de uma alternativa operária e popular ao governo da Aliança Democrática.

Conquiste BH: o lema da campanha

O lema "Conquiste BH" que puxa a apresentação da campanha, e que será desdobrado nos próximos meses, é um chamamento à população para que ela se organize, conquiste as suas reivindicações, governe e se aproprie do espaço urbano, resgatando-o da manipulação dos grandes grupos econômicos.

Apresentando um programa global e radical de reformas da cidade, a campanha vai se centrar nos problemas mais agudamente sentidos pela população trabalhadora.

O primeiro grande tema é comum às grandes capitais brasileiras, o do transporte. Desde 1978, o transporte em Belo Horizonte vem sendo gerido pela Metrobel, empresa diretamente subor-

dinada ao governo do estado. O povo da cidade vem sentindo na pele a culpabilidade da empresa com os empresários do setor: a planilha de custos, a criação de uma Câmara de Compensação Tarifária, a inexistência de qualquer fiscalização, a prorrogação por mais cinco anos das concessões, a aprovação do aumento das tarifas a portas fechadas atestam isso. Só nos últimos dois anos, as passagens aumentaram 740%, enquanto o salário subiu apenas 420%!

A primeira proposta defendida pela candidatura do PT será de acabar com a ação da Metrobel em Belo Horizonte, passando a gestão do transporte para a prefeitura, com controle popular (o corpo técnico da Metrobel seria aproveitado nesta nova gestão). A partir daí, a população organizada definiria as alterações qualitativas do sistema e as alterações no preço das passagens. O forte movimento de transporte hoje organizado em Belo Horizonte tem entre suas reivindicações, o congelamento do preço das tarifas e a progressiva estatização dos serviços do setor.

O segundo grande problema a ser abordado com prioridade pela campanha é o da moradia. Em Belo Horizonte, há mais de 400 mil favelados, centenas de milhares de pessoas morando em casas alugadas, além dos mutuários do BNH penalizados com o aumento crescente das prestações da casa própria. De outro lado, há 299 mil lotes vagos à espera de valorização, pagando impostos irrisórios, além das casas já construídas pelo BNH e pelo Inocoop que permanecem fechadas por falta de compradores.

A candidatura Virgílio Guimarães pretende centrar fogo na desapropriação das terras do senhor Antônio Luciano, o grande latifundiário urbano de Belo Horizonte e que possui mais de

cem mil lotes na cidade. Pretende também abrir uma campanha de pressão sobre o BNH e o Inocoop, visando a utilização dos imóveis vagos sob seu controle e sua incorporação ao Plano Municipal de Habitação Popular.

O outro grande problema que a campanha vai enfrentar com prioridade será o combate ao desemprego e à fome. O custo de vida em Belo Horizonte é um dos maiores do país e há cerca de 200 mil desempregados ou subempregados. Uma das propostas mais importantes apresentadas pelo PT é a da criação de um cinturão verde através da reforma agrária na grande Belo Horizonte, com a garantia de assistência técnica e financeira aos produtores, visando ao abastecimento da cidade com hortifrutigranjeiros a baixo custo. O outro veio da campanha é ligar a ação da prefeitura à luta do movimento sindical pela jornada de trabalho de 40 horas sem redução de salário, pelo seguro desemprego, pela elevação do salário mínimo ao valor definido pelo Dieese.

A campanha procurará ir, concreta e claramente, ligando estas reivindicações urbanas específicas às grandes bandeiras que conformam o programa nacional do movimento operário e popular. Ganharão um peso especial a exigência do rompimento com o FMI, a realização de uma reforma agrária ampla e radical, a convocação de uma Assembléia Constituinte, Livre, Sobrana e Democrática.

Por fim, será dada toda a ênfase no avanço da organização do movimento operário e popular em Belo Horizonte como condição para efetivar todas estas mudanças. A proposta de gestão da prefeitura, neste sentido, incorpora a defesa da auto-organização das massas, da democracia direta, da construção de estruturas de poder e controle dos trabalhadores e setores oprimidos. A base para as definições do governo do PT serão os Conselhos de Participação Popular que serão formados em cada uma das regiões administrativas da cidade.

Atitudes anti-PT

Os dirigentes principais da articulação "PT de massas" em Minas continuam abrindo fogo contra candidatura do PT à prefeitura

Os dirigentes da articulação "PT de massas", derrotados na histórica pré-convenção municipal no dia 16 de junho, estão demonstrando com clareza a natureza precária do seu compromisso com a construção do Partido dos Trabalhadores, com as lutas do movimento operário e popular. Um compromisso feito de vento, de ambições pessoais e carreiristas.

Como já foi noticiado neste jornal em sua última edição, o deputado Mares Guia, após duas reuniões sigilosas com o governador Hélio Garcia, rumou de armas e bagagens para o PMDB. No mesmo dia de sua filiação, a de seu irmão, o maior empresário do ensino de Minas e Secretário de Governo de Hélio Garcia. Não se sabe ao certo o que foi barganhado nestas reuniões sigilosas do ex-deputado petista com o governador de Minas, mas é evidente que elas se referem à carreira do deputado, ameaçada após a derrota na pré-convenção. João Batista, que foi eleito graças aos votos da legenda do partido em 1982 (teve apenas 12.771 votos enquanto o quociente eleitoral era de 71.201), se despediu melancolicamente do PT acusando a esquerda com a velha linguagem anti-comunista.

O presidente do partido ataca o PT

Mais surpreendente e pouco ética vem sendo a atitude do presidente do PT mineiro, deputado federal Luís Dulci, também dirigente derrotado da articulação "PT de massas". Voltando atrás em seu compromisso assumido publicamente na pré-convenção de apoiar a candidatura majoritária, ele desencadeou com toda fúria na imprensa local



Charge do deputado Mares Guia, publicado no jornal mineiro Diário do Comércio.

um ataque à candidatura do PT. Exatamente na data da saída do deputado Mares Guia do partido, Dulci falou à imprensa manifestando "compreensão" com o gesto do deputado e atacando a esquerda; "de uma vez por todas, que estes grupos que estão dentro do nosso coletivo têm de sair, têm de receber um prazo para sair e se legalizar e se não quiserem sair, nós teremos o direito de colocá-los para fora, pois na verdade eles estão chupando o sangue político do PT".

Por fim, uma decisão inaceitável. Paralelamente

à convenção popular que escolheu o nome do candidato à vice-prefeitura e à convenção legal, a articulação "PT de massas", com os ex-assessores do deputado Mares Guia agora contratados pelo partido, realizou uma reunião do Diretório Estadual. Apesar de insistentemente convidados, não participaram dos eventos públicos da campanha. Na pauta do Diretório Estadual, as eleições de novembro não estiveram presentes. A reunião tinha um único fim: convocar as convenções estaduais do PT mineiro para o dia 13 de outubro (há um mês das eleições nas capitais), com os critérios de delegação convenientemente alterados em proveito da articulação "PT de massas".

É este o "sangue político do PT" que o deputado Dulci pretende defender: o controle do partido por sua articulação e a sua reeleição como deputado em 1986, após um inexpressivo e apagado mandato.

A luta pela unidade do PT mineiro na luta contra a Aliança Democrática e a candidatura populista do PDT continua a ser um dos eixos centrais para o partido em Minas. Luta que exige inclusive o engajamento decidido da direção nacional do partido. Por isso, também é incompreensível que o companheiro Apolônio de Carvalho, da executiva nacional do partido, estivesse presente à reunião do diretório estadual. A executiva nacional do PT havia sido já convidada para participar da convenção popular de escolha do candidato à vice-prefeitura, mas manifestara a impossibilidade operacional de enviar representantes ao ato.

Porto Alegre:

O PT unido na campanha

Na última semana, o PT gaúcho divulgou o Programa de 13 pontos para a campanha municipal de Porto Alegre, e o partido está entrando unido na campanha, com o engajamento dos militantes das duas articulações que disputaram a Convenção, com propostas então distintas. Todos estão participando das Comissões de campanha e nos Diretórios Zonais.

Transcrevemos aqui trechos do programa.

Conquiste Porto Alegre — para viver melhor

O PT entra nestas eleições para ganhar? Queremos fortalecer a organização popular e sindical e as alternativas políticas dos trabalhadores diante da crise e das saídas conservadoras dos demais partidos! Nosso programa é para o ano inteiro!

Um Programa Popular para a Prefeitura de Porto Alegre é um conjunto de lutas e reivindicações permanentemente buscadas pela população, seja qual for o resultado das eleições de 15 de novembro. Um Programa Popular deve apresentar, junto às soluções imediatas dos problemas atuais, propostas que apontem alternativas mais profundas de transformações desta sociedade desigual, injusta e exploradora, para um vida fraterna, igualitária e socialista.

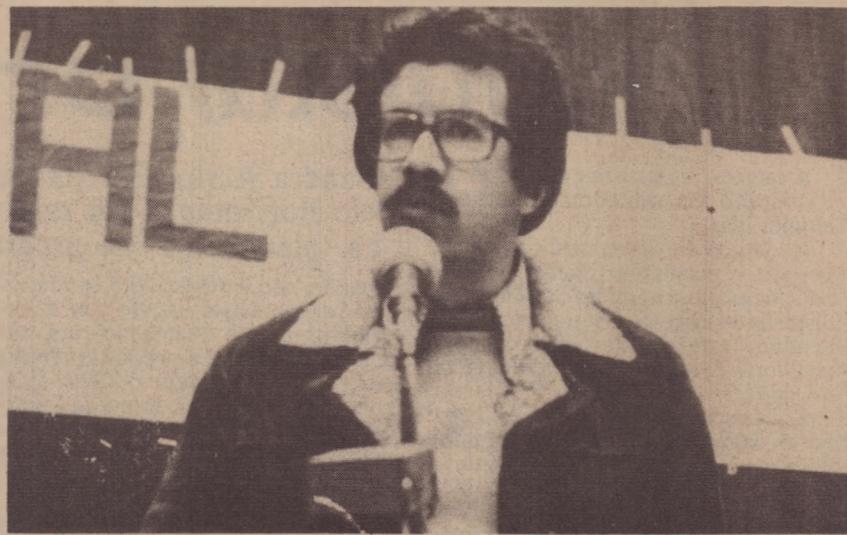
O PT assume abertamente seus objetivos sociais e seus compromissos eleitorais: a defesa dos interesses dos trabalhadores, da maioria explorada e oprimida da sociedade.

O PT se fortalece com o crescimento e a combatividade do movimento sindical e popular. Não en-

ganamos as pessoas, como fazem outros partidos, afirmando que vamos "atender a todos". Isso é mentira. Pura demagogia. Nenhum partido, numa sociedade dividida em classes, pode defender os interesses de todos. Nós representamos uma parte da sociedade, que apesar de ser a maioria é fraca porque não detém o poder econômico e porque ainda se encontra desorganizada. Para que possamos atender às necessidades de Educação, Habitação, Saúde e Transporte para a maioria, os recursos da Prefeitura devem ser canalizados, prioritariamente, para estas áreas e vir dos cofres dos especuladores imobiliários, dos grupos financeiros e dos grandes comerciantes, há décadas privilegiados pelos governos militares e do PDS. O governo nas mãos do PT será rigoroso contra os privilégios, os altos salários e os contratos e concessões que lesam o dinheiro público e os usuários como ocorre, hoje, com o transporte coletivo.

Sem luta a vida não vai mudar! Combate firme ao governo nas mãos dos capitalistas!

Sabemos que muitos dos problemas dos assalariados não se resolvem com o PT na Prefeitura. Para



Raul Pont, candidato a Prefeito de Porto Alegre

as questões imediatas temos soluções claras e diretas apontadas neste programa. Nossa vitória na Prefeitura, porém, será mais um reforço nas reivindicações por uma vida melhor. A Prefeitura nas mãos do PT será um instrumento na conquista da jornada de 40 horas semanais, por uma Reforma Agrária e Urbana já, pelo seguro-desemprego, pelo rompimento com o FMI e por uma Assembléia Constituinte livre, democrática e soberana. Convocada com fim exclusivo e com representação proporcional idêntica para todo o país.

Eleição não é loteria — conquiste você os 13 pontos:

1 — Construir os Conselhos Populares: se o poder emana do povo, pelo povo deve ser diretamente exercido.

2 — Mais recursos às áreas carentes. Mais impostos para os ricos e especuladores.

3 — Educação gratuita, democrática e popular: um direito de todos.

4 — Saúde não é negócio para dar lucro. Todos devem ter acesso à assistência.

5 — Controle público das tarifas e estatização gradativa do transporte coletivo.

6 — Terreno para quem nele mora: urbanização e legalização das vilas populares.

7 — Para melhorar o abastecimento precisa melhorar o salário e controlar os supermercados.

8 — Para defender a Ecologia é preciso aprofundar a democracia.

9 — A garantia ao trabalho é um direito social: luta contra o desemprego

10 — Fim da burocracia e das mordomias do empreguismo.

11 — Criar e ampliar o acesso à cultura e ao lazer

12 — Em cada vila uma creche: o Estado também é responsável pela criança

13 — Segurança não é arbítrio policial ou repressão à marginalidade.

PT/RJ: Muito para crescer

Joaquim Soriano

No último fim de semana de julho, dias 27 e 28, o PT do Rio de Janeiro viveu momentos de importantes decisões políticas.

No sábado reuniram-se os delegados das zonais da capital para escolherem o candidato a prefeito e a tática eleitoral do partido. Por mais de 90% dos votos o Encontro Municipal aprovou a posição de lançar candidato próprio e rejeitar a proposta de coligação. Esta postura terminou por ser a única possível de ser adotada, uma vez que os partidos que se dizem do campo operário e popular preferiram continuar apoiando a Aliança Democrática ou o governo do Sr. Brizola.

O único candidato a candidato que chegou à convenção foi Wilson Farias, que recebeu o apoio da quase totalidade dos delegados. Não recebeu o apoio do Liszt e da Lucia (deputados estaduais do PT) nem do Sidney (ex-presidente do Diretório Regional) nem do Neiva (do Diretório Nacional). O Neiva desde a primeira hora reconheceu a decisão do partido e está plenamente integrado na campanha. Os deputados ainda não se decidiram, mas estamos ansiosos esperando a participação deles, para juntos ocuparmos o

espaço que o PT tem junto à população do Rio de Janeiro.

No dia 9 de agosto o Diretório Regional indicou a companheira Miriam Limoeiro para ser a vice de Wilson. No dia 10 a convenção oficial homologou esta chapa. Wilson já foi presidente do Diretório Regional, candidato a vice-governador em 82. É militante do movimento de associações de moradores e dentro do PT pertence a "articulação da igreja". Miriam Limoeiro além de renomada intelectual é militante do núcleo de educação. Atualmente é vice-presidente da associação de docentes da Universidade Federal Fluminense e esteve no comando de greve em todas as mobilizações de sua categoria.

É assim que temos uma boa chapa para enfrentarmos as eleições, apresentando as nossas propostas políticas com clareza e convicção, demonstrando para os trabalhadores desta cidade que a mudança somos nós — uma oposição operária e popular.

O NOVO DIRETÓRIO REGIONAL

No domingo 28, juntaram-se aos

delegados da capital os outros, de vários municípios.

Para eleger o novo diretório regional apareceram cinco chapas. Esta pulverização se deu devido ao fim da articulação "PT de massas" os "113" do Rio — que já vinha num processo de diferenciação, confirmado neste Encontro Regional. De um lado os companheiros da igreja lançaram chapa própria e de outro vários delegados da baixada fluminense também se desgarraram da antiga direção dos "113", apresentando seus nomes em lista própria.

A quarta chapa encabeçada por Vladimir Palmeira foi apoiada por um expressivo número de delegados que ingressaram no partido no último ano. E a quinta chapa foi o resultado de um esforço, que ainda não foi desta vez que atingiu o seu objetivo, no sentido de impedir esta fragmentação e construir um Diretório forte e capaz para tirar o PT/RJ da crise que atravessa, simbolizada pela triste situação financeira em que nos encontramos

O Diretório eleito compõe com todas as correntes de opinião que se expressam no interior do PT. O

Presidente eleito no Encontro foi o companheiro Vladimir Palmeira que concorreu contra o companheiro Abdias do sindicato dos metalúrgicos de Niterói, lançado à última hora, para tentar recompor os "113". Só uma tentativa, pois a maioria dos delegados da "igreja" se abstiveram.

O saldo deste processo foi a demonstração que nenhuma corrente política, sozinha, pode hegemonizar o PT no Rio de Janeiro, mais ainda, que hegemonia se constrói com política e não como queria um setor dos "113", através do aparelhamento e do sectarismo.

A EXECUTIVA REGIONAL

Na primeira reunião do Diretório elegeram-se uma Executiva com a participação de toda as chapas que concorreram ao Diretório.

Esta nova direção pode formar um coletivo dirigente que supere os obstáculos que temos pela frente, amplie e consolide o PT no Rio de Janeiro.

Joaquim Soriano é o secretário-geral do PT/RJ

São Paulo: Encontro da Capital

Grande maioria aclama Suplicy-Erundina



Em São Paulo, o Encontro da Capital, para definir as posições do PT para as eleições da Prefeitura, realizou-se nos dias 19, 20 e 21 de julho. O candidato a prefeito já estava definido.

Também a candidatura da vereadora Luiza Erundina a vice já estava praticamente acertada, tendo o apoio oficial da Executiva Estadual e não tendo contestação dentro do PT. Contudo, nos dias imediatamente anteriores ao Encontro, o desligamento do ex-deputado Rogê Ferreira do PDT e seu ingresso no PSB reabriram a possibilidade de coligação; alguns companheiros passaram a defender o seu nome para vice.

A ampla maioria dos delegados (cerca de 90%) optou por apoiar uma coligação com o PSB, mas mantendo como vice um candidato do PT, a partir da avaliação de que a candidatura da companheira Luiza Erundina já estava consolidada no partido, não sendo possível uma reversão de última hora, e de que o peso político do PSB recém-criado em São Paulo era reduzido. Foi aprovado um texto sobre coligações apresentado pelo deputado estadual Eduardo Jorge que diz o seguinte:

“O PSB se forma no país incorporando descontentes do PMDB e PDT, funcionando às vezes como sub-legenda do PMDB. No caso de São Paulo, está à frente deste partido em setor político que, historicamente, se liga ao antigo PSB pré-64, que rompeu definitivamente com a orientação do PDT paulista.”

Aprovada esta posição, a chapa Suplicy-Erundina foi aclamada. No entanto, este resultado não deixou de provocar fraturas no PT: inconformado com a não indicação de Rogê para vice, o deputado estadual Paulo Frateschi deixou o PT nos dias seguintes, anunciando seu ingresso no PSB. Na verdade, o setor representado por Frateschi já há bastante tempo vinha tendo uma participação marginal no PT.

Além da questão da coligação com o PSB, a discussão política mais importante do Encontro foi sobre a tática eleitoral a ser seguida em São Paulo. A articulação “Construir uma alternativa operária e popular” apresentou uma proposta clara: fazer uma campanha

politicizada, identificada com valores políticos e sociais mais gerais, englobando nisto propostas municipais, para construir uma identidade política nítida aos olhos do eleitorado, e quebrar a polarização Jânio x Fernando Henrique. Contudo, a maioria dos delegados apoiou a visão da articulação “É hora de ir prá rua” (antiga “articulação dos 113”), que não se preocupava com a definição de uma identidade política clara da candidatura petista e privilegiava os problemas municipais.

Finalmente, o Encontro elegeu o Conselho Político da Capital, isto é, o equivalente a um Diretório Municipal de São Paulo. Inscreveram-se 4 chapas: “É hora de ir prá rua”, “Construir uma alternativa operária e popular”, “Articulação Unitária e Democrática” (impulsionada pelos apoiadores da revista “O Trabalho”, excluídos da articulação dos “113”, e que conseguiram apoio de alguns setores descontentes desta articulação), e “O PT na Capital” (formada a partir de antigos participantes da “articulação dos 113”, que têm criticado os métodos de direção dos “113” e as limitações à democracia no PT). Em 357 votos válidos de delegados, a primeira obteve 191 votos, a segunda 67, a terceira 65, e a última 34. Assim, “O PT na Capital” não conseguiu os 10% necessários para ter representantes no Conselho Político da Capital. Numa posição sem grandeza, e sem a preocupação de unir e coesionar ao máximo o partido, a articulação “É hora de ir prá rua” recusou uma proposta apresentada pelos integrantes da articulação “Construir uma alternativa operária e popular” e aceita pela “Articulação unitária e democrática” de fazer o arredondamento da porcentagem dos votos de “O PT na Capital” para cima, dando-lhe representação no CPC.

Por outro lado, foi aprovada uma moção que garantia a todas as chapas que obtivessem mais de 10% a indicação de pelo menos um representante para a Executiva do CPC. Apesar de não ter sido garantida a proporcionalidade, trata-se de uma decisão de grande importância: até agora, o que vinha prevalecendo em São Paulo era a prática das Executivas “puras”.

Paulínea escolhe candidatos

O PT de Paulínea lançou a sua chapa de candidatos à prefeitura da cidade. O ato de lançamento ocorreu no dia 3 de agosto na Praça de Santa Terezinha, um bairro popular de Paulínea. O candidato petista à Prefeitura, Adalberto Leal, o candidato a vereador mais votado em 82, pelo PT, no discurso de encerramento do ato, prometeu uma campanha “combativa e de lutas, a serviço dos interesses da classe trabalhadora da cidade.”

Participaram do ato, que foi assistido por umas 500 pessoas, o deputado federal do PT, José Genoíno Neto, o deputado estadual petista, Expedito Soares, o líder da bancada do PT na Câmara Municipal de Campinas, vereador Alcides Ma-

mizuka, o “Baiano” da diretoria do Sindicato de Metalúrgicos de Campinas e outras figuras expressivas do partido na região. Todos eles destacaram nas suas intervenções a importância do pleito eleitoral em Paulínea, onde o PT teve 10% dos votos nas eleições de 82. Uma pesquisa de opinião deu ao partido 12% do eleitorado.

Do lado dos partidos burgueses prevalece a fragmentação, mas já apareceram na cidade os primeiros sinais da custosa campanha que eles irão realizar. Ocorre que em Paulínea estão alocadas poderosas empresas multinacionais que sempre foram fonte de corrupção política neste pequeno município de 15 mil eleitores.

O PT e os Movimentos Populares

A integração dos problemas específicos com os gerais, a unificação dos movimentos populares de uma mesma região para um melhor questionamento do poder local, o aprofundamento dos programas dos movimentos e a elaboração de propostas globais, o papel dos militantes petistas nos movimentos populares e a sua contribuição para uma politização maior destes movimentos, foram alguns dos pontos do Encontro “O PT e os Movimentos Populares”, realizado em São Paulo no dia 11 de agosto.

Promovido pela Comissão de Movimentos Populares do Diretório Regional de São Paulo, o Encontro reuniu 130 militantes do PT, vinculados aos movimentos populares no Estado. A discussão, dividida em grupos, abordou “A conjuntura atual e os movimentos populares”, “As eleições municipais e os movimentos populares” e “A Constituinte e os movimentos populares”.

A principal constatação do En-

contro, que discutiu as tentativas de cooptação e a tática de “participação” adotadas pela nova política dos governos foi a necessidade de uma elevação ao nível de politização dos movimentos populares, considerados ainda dispersos e situados apenas no nível de reivindicações específicas. A elevação destes movimentos a um outro patamar deverá ser conseguida, segundo o Encontro, através da transformação destas lutas em propostas mais globais e com a unificação dos vários movimentos. Na discussão sobre as eleições municipais, o Encontro apontou a necessidade de definição de um eixo central para a campanha dos candidatos petistas, para que a participação do partido não vise apenas ganhar as eleições mas resulte também em seu crescimento político e organizativo. Dentro disto, uma crítica foi dirigida até mesmo ao cartaz de campanha dos candidatos do PT, onde o nome do partido aparece com pouco destaque e o slogan “sorte nossa” acaba por não dizer nada.

Convenções municipais: criando problemas desnecessários

Nas convenções municipais realizadas em São Paulo, têm havido problemas que desgastam o partido, a partir da dificuldade de setores ligados à Executiva estadual e à “articulação dos 113” de aceitarem algumas derrotas.

O problema maior ocorreu em Osasco: nesta cidade de cerca de 600 mil habitantes, o PT tem hoje o maior diretório do país, dentre os municipais, zonais ou distritais, com cerca de 5 mil filiados. A pré-convenção foi ganha por uma chapa (que obteve 876 votos), e que reúne alguns dos líderes tradicionais do movimento operário de Osasco, como José Ibrahim e José Pedro da Silva. Mas a chapa adversária, da “articulação dos 113”, que teve 760 votos, não aceitou a derrota. Iniciou-se um processo de anulação da eleição (absurdo, pois baseado em impugnações que não foram feitas durante a eleição ou a apuração) de não reconhecimento da convenção oficial, e de dificuldade de se chegar a um acordo sobre as condições para uma nova convenção,

que até agora está num impasse.

Já em São José do Rio Preto, uma chapa dirigida por setores também ligados aos “113”, única na pré-convenção, marginalizou setores importantes do partido. Com a insatisfação provocada, houve pouca mobilização e a pré-convenção não deu quorum (votaram 65 filiados, sendo necessários 96). Segundo a deliberação do Diretório estadual, neste caso deveria valer a convenção oficial. Contudo, como uma nova chapa, reunindo os setores mais representativos do PT na cidade, se inscreveu, a chapa da pré-convenção não quis enfrentá-la e se retirou. Desta vez, houve quorum: 113 votos. A direção estadual tentou forçar uma nova convenção para referendar a chapa da pré-convenção, que não tinha conseguido quorum. Mas felizmente para o PT, neste caso ela recuou, aceitando um novo processo de disputa, aberto a todas as chapas. Assim, a chapa eleita legalmente na convenção oficial aceitou renunciar, e o impasse pôde ser evitado.

Novos candidatos do PT

Nas últimas semanas, o PT definiu seus candidatos a prefeito nas capitais e municípios considerados áreas de segurança nacional. Nesta edição do EM TEMPO, continuamos a apresentar o quadro das candidaturas petistas e das convenções realizadas. Na próxima edição publicaremos um quadro completo.

João Pessoa:

Um candidato novo no PT, mas de tradição nas lutas populares

Em João Pessoa, na Paraíba, a convenção do PT que definiu os candidatos a prefeito e vice, no dia 11 de agosto, foi a maior convenção já realizada no município. Além do crescimento numérico, mostrou algum avanço na organização do partido, com a presença de núcleos organizados, como de trabalhadores têxteis, da construção civil, dos professores.

Estava claro para todos que era impossível qualquer coligação no Estado; do mesmo modo, havia um acordo geral quanto ao programa e à tática para a campanha: uma campanha de oposição à Aliança Democrática, ao governo Sarney, à sua proposta de Constituinte limitada, o apoio à CUT e a combinação

da campanha com as lutas populares, a ênfase dentro dos temas municipais à formação dos Conselhos Populares.

Assim, a disputa na Convenção deu-se principalmente quanto à indicação dos candidatos.

Para prefeito, foi escolhido Wanderley Caixe, advogado trabalhista, ligado ao sindicalismo rural, de reconhecida tradição nas lutas populares. Wanderley concorrera em 1982 a deputado federal pelo PMDB, ficando entre os primeiros suplentes; há alguns meses havia se filiado no PT. Para vice-prefeito foi escolhido Anísio Maia, secretário do Diretório Municipal de João Pessoa.

Curitiba:

Um "consenso" pouco participado

Ao contrário do que tem ocorrido na maioria das capitais, a escolha dos candidatos do PT à eleição de Curitiba (PR) não representou um avanço para o partido. A prática até então adotada pelo partido não foi seguida: os candidatos foram escolhidos por fora das instâncias que deveriam deliberar sobre esta questão. Não se realizou uma pré-convenção democrática, mas apenas a convenção oficial do TRE, já para homologar as decisões tomadas.

No lugar de preparar um Encontro Municipal de Curitiba, a Executiva Estadual promoveu várias reuniões abertas, que deveriam ser completadas com uma prévia entre os candidatos. Nestas reuniões, apenas se tratou dos nomes dos candidatos, e não do programa que o PT defenderia nas eleições ou da tática eleitoral. E a prévia também não se realizou: a Executiva, os dois candidatos que chegaram com seus nomes à reta final, e outras lideranças do PT, resolveram decidir pelo consenso e formar a chapa Edésio Passos - Lafaiete. Edésio, que ficou como candidato a prefeito, foi o candidato a governador em 1982, foi membro da Executiva Estadual e do Diretório Nacional; mas desde

1983 estava afastado da militância ativa no partido.

Neste "consenso" de lideranças, não foram explicitados os critérios adotados para a escolha dos nomes. E não se cogitou de que o PT em Curitiba não se resumia ao que suas cabeças pensavam.

Ao não convocar um Encontro Municipal, a Executiva Estadual rompeu com o Regimento Interno e com a democracia do Partido. Foram usados argumentos como "o PT em Curitiba está desarticulado", "o PT não possui bases para que estas sejam consultadas". Na verdade, esta é uma postura paternalista e que além de tudo não se preocupa em como articular o PT, em como fazer que as bases avancem e o partido adote uma política classista e independente. Desta forma, infelizmente, a campanha do PT para a prefeitura já começou esvaziada.

Militantes de uma zonal de Curitiba encaminharam ao Diretório Regional um recurso, pedindo a convocação de um Encontro Municipal. Mas o Diretório, reunido a 27 de julho, não obtendo o quorum não o apreciou. Assim, a direção do PT no Paraná fica merecendo uma crítica por parte do Diretório Nacional.

Florianópolis

Crescimento do PT no movimento sindical

Com grandes dificuldades para a elaboração de um programa municipal e com uma tática eleitoral confusa (ora contra coligações, ora buscando discutir com PDT e setores do PMDB), o partido se viu paralisado num debate interno que inviabilizou uma discussão com o movimento operário-popular no sentido de construir uma alternativa classista e anti-capitalista para a prefeitura. Contraditoriamente, o partido vem obtendo um reforço substancial a partir do ingresso de uma série de militantes sindicais.

É a partir desse setor que foi lançado um abaixo-assinado que ganha a adesão de vários militantes e simpatizantes, se posicionando pelo lançamento imediato de candidaturas próprias do partido e contrário

às coligações com PDT e PMDB. Neste clima de mobilização foi realizada a plenária do dia 26/07 que homologou os nomes de Jorge Lorenzetti (pres., da CUT-estadual) para prefeito e Lucia Maria Pereira para vice.

Este processo não se deu sem ruptura. Um setor descontente com tal decisão formalizou no partido seu apoio ao candidato do PMDB se retirando da vida partidária. Os setores simpatizantes da revista O TRABALHO deram seu apoio ao candidato do PT, mas por enquanto de maneira formal. O comitê eleitoral está em fase de organização, com uma sede garantida e com uma avaliação otimista quanto as possibilidades eleitorais que devem ser bastante superiores a 82.

Porto Velho:

Enfrentando ameaças

Em Porto Velho, no estado de Rondônia, o PT indicou seus candidatos a prefeito e vice numa situação política dominada pelas repercussões do assassinato do padre Ezechiele Ramin, e na qual o partido tem se destacado na mobilização contra as ameaças sofridas pelos sindicalistas e trabalhadores rurais (ver matéria na página 13).

Entre quatro candidatos apresentados inicialmente, foram escolhidos para prefeito o presidente regional do PT, o engenheiro-agrônomo Neumar Silveira, e para vice-prefeito o secretário-geral do parti-

do, e também engenheiro, Josias Gomes. Não houve divisões no PT: os quatro pré-candidatos vem trabalhando juntos, inclusive formando um grupo de trabalho que está elaborando as propostas do PT. Na verdade, o que está sendo preparado é um esqueleto de programa: a partir daí, a idéia é discuti-lo nos bairros e com os sindicatos, e só depois é que o programa estará definido.

Uma idéia básica do PT é a criação de Conselhos Populares, que funcionarão não apenas a nível de consultas, mas de deliberação.

Natal:

Implantar e Reorganizar o PT

Em Natal (RN), o Diretório Municipal do PT encaminhou a proposta de uma frente do movimento popular contra as oligarquias locais para disputar a prefeitura. Contudo, ao chegar à sua pré-convenção no dia 4 de agosto, estava claro que uma frente que pudesse de fato unificar os setores populares não poderia ocorrer nestas eleições municipais. Assim, a maioria do Diretório Municipal trabalhou pelo lançamento de uma candidatura própria do PT.

Por outro lado, houve no partido vozes discordantes desta linha. Alguns companheiros, incluindo os identificados com o jornal "Fazendo o Amanhã", defendiam a todo custo uma coligação PT-PDT. Esta posição era uma ilusão: o PDT já se encaminhava para uma adesão ao candidato da família Alves (do ministro Aloísio Alves, do PMDB, uma das principais oligarquias do Estado), como já haviam feito o PCB, o PC do B e outros setores. Esta candidatura tem de fato bases populares, mas nenhuma perspectiva de independência de classe.

Uma posição pior havia sido defendida por Rubens Lemos, ex-candidato a governador pelo PT no Estado, membro do Diretório Nacional. O companheiro Rubens, ficando como uma voz isolada, rompeu com uma deliberação unânime de um encontro municipal (a 13 de julho) ao qual estivera presente, que havia definido unanimemente não fazer uma composição com os Al-

ves e o PMDB. Rubens declarou na imprensa que "não admitirei que o PT faça um ato infantil" concorrendo em faixa própria à prefeitura. No último período em que esteve em Natal, (atualmente mora em São Paulo) o companheiro Rubens não compareceu à sede do partido, mas atacou-o pelos jornais e pelas rádios.

Na pré-convenção, estando Rubens ausente, assim como não havendo alguém que defendesse a sua posição de composição com os Alves, o debate girou em torno do lançamento de candidaturas próprias ou coligação com o PDT. O número de companheiros presentes (110) era significativo. A proposta de lançamento de candidaturas próprias foi amplamente majoritária.

Desta forma, foram indicados como candidatos os companheiros Hugo Manso Junior (engenheiro mecânico, e que vinha sendo o coordenador do Diretório Municipal) e Lincoln Moraes (sociólogo). Obtiveram o apoio da grande maioria dos militantes engajados na construção do PT.

O objetivo central deste processo eleitoral em Natal será dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Diretório Municipal no sentido de constituir uma referência petista nos movimentos sociais em Natal e reorganizar o PT no Rio Grande do Norte.

"VOTE 13: A ZEBRA VAI CANTAR DE GALO"

As milícias do latifúndio e a caixinha dos banqueiros

Isaac Akcelrud

As eleições para prefeitos das capitais estaduais e municípios ditos de "segurança nacional", foram concebidas e programadas como fórmula hábil e eficaz de chegar a um adiamento mais ou menos prolongado da convocação da constituinte. Assustadas com os grandes comícios e com medo de perder o controle da campanha das diretas, as classes dominantes prudentemente preferiram abrigar-se no regaço do colégio eleitoral. Ficaram para depois as já irrecusáveis eleições nas capitais. Foi empurrada para bem mais longe a prometida constituição. A "nova república" vem vivendo de proteções que lhe asseguram dois proveitos num saco só. Ganha tempo para reorganizar um Estado falido e desmoralizado. Disfarça a prorrogação, mais do que isso, a ratificação do sistema de leis de arrocho da ditadura militar, indispensável para manter o país sob o controle do FMI, dos banqueiros americanos, seus cúmplices e sócios.

A manobra se completa com a artimanha de condicionar e enquadrar a futura constituinte eleita (o que sempre encerra algum risco) por uma outra, nomeada. Mini-constituinte portátil, maleável, confiável, cem por cento biônica, disfarçada de "comissão" para recolher sugestões e preparar subsídios. Um casuismo tipicamente tancrediano, destinado a preservar o máximo de tutela política sobre o povo e conservar a posse das alavancas do comando para a grande burguesia.

O defeito insanável no esquema está na pretensão de enfrentar uma situação nova e já irremediavelmente alterada, com velhos recursos. O congresso é o mesmo. Permanecem os conhecidos e desgastados políticos e tecnocratas. Não mudaram as leis nem os agentes da repressão. Os escândalos, roubos e falcaturias são da mesma linhagem de antes, impunes e premiados como sempre. Inalterado está o modelo econômico destinado a pilhar e esfomear o país para pagar os juros duma dívida já paga e re-paga.

As dificuldades da "Nova República"

Em consequência, multiplicam-se as dificuldades da "nova república". O governo está ancorado numa cadeira de rodas. Tem maioria no congresso, mas falta-lhe apoio parlamentar. Representa poderosa frente partidária, mas carece de cobertura política. Cada ministério é um feudo e o primeiro escalão é roído por intrigas, rivalidades e rasteiras. A sustentação mais séria até aqui conseguida por Sarney, apesar das aparências e negações teatrais, é a dos banqueiros credores.

O descabro a que o país foi arrastado pela ditadura militar abalou sua base política e comprometeu sua capacidade de repressão. Era preciso "mudar". O contraste entre o esfacelamento do PDS e o surgimento do PT resume claramente a situação. Mas a sangria política continua. A Aliança Democrática não resiste ao teste das eleições nas capitais. O PMDB carrega na mochila dissensões e choques de fac-



Afonso Arinos: redigindo a constituição conservadora

ções que se entredevoram, a começar por São Paulo, seu reduto principal.

Os problemas, no entanto, não esperam que o poder acomode os grupos e apetites que o formam. O governo teve que tentar o controle da luta pela terra através duma transação com o latifúndio. Sarney está propondo um crediário mascarado de desapropriação de terras improdutivas a serem pagas pelos camponeses com o aval do governo. Pede aos grileiros o sacrifício de não estocarem uma parte de suas gigantescas propriedades na espera especulativa de valorização. A resposta dos fazendeiros está na ampliação dos seus exércitos privados. Sarney pediu uma lei contra a violência, mas deixa intactas as milícias ilegais que o desafiam. Assim voltou à incubadeira a tímida e encabulada proposta de criar uma faixa de pequena e média burguesia rural como alicerce do capitalismo no campo. Igual destino foi reservado à simples atenuação verbal da draconiana lei anti-greve. Nelson Ribeiro e Almir Pazianoto foram reduzidos ao "silêncio conveniente". Com a palavra estão Gusmão, Dorneles & Cia. Agora, o de que se trata é do imposto de renda pago por semestre, dos aumentos mensais de tarifas, da privatização das estatais abrindo as empresas-chave do país ao

capital estrangeiro. É o plano da sra. Thatcher que teve o topete de reclamar nossas fábricas e minas em pagamento da dívida. "Enquanto não tivermos condições de empréstimo, devemos abrir condições para investimentos", pontifica Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio. Se não é empréstimo tem que ser investimento. Sempre na órbita das multinacionais.

A campanha da burguesia

Espremida pela crise e a recessão, privada de seu próprio mercado nacional, bloqueada pelo protecionismo dos principais países capitalistas no comércio externo, nossa burguesia precisa mais do que nunca do poder estatal, como escora financeira e instrumento de clientelismo político para poder servir de intermediária e sócia menor das multinacionais. Daí a disputa interfacções, causa primeira das cisões e defecções, da alucinada flutuação de grupos e líderes nos ajuntamentos partidários amorais e sem princípios. Concorrem os socialisteiros e stalinóides ao posto de assessores das capitalistas, de gestores da crise e cirurgiões plásticos do capitalismo dependente.

As classes dominantes jogam sua mais ambiciosa cartada nas eleições de

novembro e na constituinte. Querem definir quem, como e para que será o governo. Tratam de dar amparo institucional à rejeição dos apelos para que o Brasil assumira seu papel na resistência da América Latina à espoliação imperialista. Alinham-se com o intervencionismo americano por temor de que o epicentro dos acontecimentos se desloque para estas bandas.

Essa estratégia combina a agressividade política com as ameaças dum retorno escancarado à repressão e ao autoritarismo. As milícias do latifúndio e as caixinhas bilionárias de banqueiros e industriais são as duas faces da mesma moeda. Está armada a campanha, um rôlo compressor para ludibriar, intimidar, confundir e, se preciso for, reprimir a vontade e as aspirações da esmagadora maioria.

Os trabalhadores e a campanha eleitoral

Torna-se claro o motivo da ira e ranger de dentes contra a movimentação independente dos trabalhadores nas cidades e dos sem terra nos campos. O eixo político da luta que se trava é o choque entre a negação da autodeterminação do movimento operário e popular e a intransigente afirmação de independência e autonomia do mundo do trabalho em todos os terrenos - no econômico e sindical, no político e ideológico, no partidário e eleitoral. São animadores os sinais positivos que emergem das lutas atuais, como sublinhou nosso EM TEMPO em sua edição passada.

Então, fica nítido e claro o objetivo político central de confrontar a plataforma dos trabalhadores e do povo - para organizá-los e amadurecer sua consciência política - com a plataforma da burguesia e das multinacionais. Para denunciá-la e desmascará-la. Isto implica em programa e candidatos próprios e repele coligações eleitoreiras. A reforma agrária de Sarney está retratada na consulta do ministro Nelson Ribeiro à polícia que opinou contra a partilha das terras tomadas pelos trabalhadores rurais. Quem se aconselha com a polícia está contra o povo. Nossa plataforma está sendo elaborada, afinada e aperfeiçoada, dia a dia, nas reivindicações das greves, dos movimentos populares, da luta pela terra. Ela se cristaliza nos projetos do PT, como é exemplo a proposta de convocação da constituinte, revogando as leis de segurança, de greve e de imprensa.

A campanha eleitoral serve acima de tudo para a máxima e mais intensa divulgação desta plataforma de combate. A conquista de cadeiras parlamentares não é para premiar ninguém com mordomias, mas para ganhar tribunas para levar adiante a divulgação e organização em torno da plataforma do povo brasileiro. E não para alimentar ilusões de que uma prefeitura ou uma constituinte burguesa resolvem alguma coisa. Sem organização combativa e independente do povo qualquer constituinte será um farrapo de papel.

O governo Sarney e a implementação

As limitadas medidas "democratizantes"

Ofensiva no campo político-institucional: esta a postura da "Nova República" para responder ao sentimento de mudanças que se manifestou claramente durante a massiva campanha das diretas. O governo tomou várias iniciativas, devidamente propagandeadas pela grande imprensa, que buscaram caracterizar como as mudanças ansiadas e prometidas.

Essas mudanças têm uma dupla característica. Em primeiro lugar, buscam apropriar-se das bandeiras das lutas democráticas, respondendo à reivindicações antigas da luta antiditatorial, mas limitando o seu alcance. A Constituinte não passará do Congresso com poderes constituintes (veja matéria pág. 2). A "remoção" do entulho autoritário não atingiu a Lei de Segurança Nacional, a lei de imprensa etc. A extensão do voto aos analfabetos não os torna elegíveis. As alterações na legislação partidária mantêm a exigência de coeficientes eleitorais. A "reforma agrária" não passa do velho Estatuto da Terra.

Em segundo lugar, são medidas que têm por referência a base de sustentação da Aliança Democrática: a mais "arrojada" foi a legalização dos PC's, que não é mais que legalizar a existência de um setor que lhe dá apoio e tem um importante papel a desempenhar ao levar uma política pró-burguesa no movimento operário. O sentido de medidas como essa é manter a sua base de sustentação.

As medidas tomadas pela "Nova República" no campo político-institucional vão construindo a democracia limitada, restrita e autoritária, que é o grande projeto da transição em curso.

Esta postura se alia à ação direta frente ao movimento operário. No primeiro grande confronto da "Nova República", durante as greves de abril/maio, a ação patronal/estatal usou de novas táticas que no interior desse novo quadro político exi-

giram do movimento operário uma resposta mais politizada e globalizante. Resposta que não houve e que abriu espaço para que a ação patronal/estatal conseguisse conter as lutas, combinando um aparente clima de negociação com uma repressão direta e seletiva e colocando os movimentos grevistas isolados entre si e socialmente.



Sarney e os governadores: o pacto possível.

Mas esse primeiro enfrentamento contribuiu muito para demonstrar as dificuldades de uma política pró-pacto social no país: a luta demonstrou a disposição dos trabalhadores de não abrir mão de suas armas. O que é um problema para a política de controle sobre o movimento, que se viabilizaria com o pacto.

Para a "Nova República" é fundamental não perder o controle do processo de transição.

Um governo sem definições?

As medidas tomadas pelo governo Sarney têm uma lógica. É verdade que a grita dos latifundiários foi tal que nem mesmo o velho Estatuto da Terra conseguiu ser aplicado: o Plano da "Reforma Agrária" es-

tá sendo seguidamente adiado. Talvez impressionados por algumas "idas e vindas" do governo, setores da imprensa burguesa têm acusado o governo Sarney de indefinido: eles não têm conseguido perceber onde está a lógica de sua atuação.

O jornal empresarial *Gazeta Mercantil*, no entanto, traz alguns esclarecimentos importantes: em

governo mas sim de realizar uma transição democrática". (*GM*, 25/07/85).

Analisando o governo Sarney de seu ponto de vista de classe, burguês, a *Gazeta Mercantil* explica o sentido da ação do governo (não perder apoios na sua base de sustentação) mas erra ao afirmar que não aplicará um programa de governo.

Na verdade há um programa sendo aplicado, programa que tem por balizas as estreitas margens de manobra nas negociações com o Sistema Financeiro Internacional (veja box "o governo Sarney e o FMI"). O governo Sarney quer chegar a uma situação onde se consiga um equilíbrio entre o mínimo que os banqueiros exigem em termos de programa econômico, com o máximo que é possível ceder evitando desencadear uma nova recessão. Esta seria a diretriz básica da ação econômica do governo, o que limita o alcance e a ousadia em termos de planos sociais e política de crescimento econômico (veja box "A queda do crescimento da indústria"). A aparente indefinição é na verdade uma definição oculta, implícita.

A luta no interior da Aliança Democrática

Neste quadro de implementação de medidas "democratizantes" limitadas e de execução de uma política econômica delimitada pelo Sistema Financeiro Internacional, se processa uma acomodação das bases de sustentação do governo Sarney. Para as eleições municipais de novembro a Aliança Democrática não se manteve enquanto tal em nenhuma das principais capitais do país. Tanto entre os partidos da Aliança (PMDB, PFL), como no interior do PMDB, busca-se uma melhora de posição para influir com mais força na vida política nacional.

É certo que após as eleições de novembro o quadro partidário terá uma nova acomodação. É importante salientar que esse processo não tem significado rupturas no in-

Realidade e retórica nas negociações entre o governo e o FMI

O governo federal manterá controle absoluto sobre o processo de renegociação da dívida externa, não atendendo sequer a reivindicações de setores parlamentares do PMDB e do PFL que desejavam ver as gestões sobre a dívida externa passarem pelo Congresso antes da assinatura de qualquer acordo com o FMI.

O governo quer "mãos livres" para encaminhar uma negociação que não tem em seu horizonte nenhuma medida drástica com o FMI, nenhuma ruptura com o sistema financeiro internacional.

Esta análise é confirmada pela imprensa burguesa. A *Gazeta Mercantil* destaca que "...o governo brasileiro tem endurecido sua retórica em relação ao FMI, mas, na realidade, tem trabalhado em favor de um acordo... Isto não quer dizer que o acordo seja fácil ou rápido" (*GM*, 7/08/85). Paulo Francis rela-

ou o alívio dos banqueiros americanos com as declarações de Sarney ao *The Wall Street Journal*. Segundo ele "... a referência a 'endurecimento' é tida como posição para negociar melhores termos para o Brasil" (*FSP*, 9/08/85).

Os juros da dívida têm sido religiosamente pagos: 12 bilhões de dólares neste ano, o que consumirá todo o saldo favorável da balança comercial previsto para 85.

Este bom comportamento abre um razoável espaço para a negociação com o FMI, e leva a comunidade financeira internacional a classificar o Brasil como "país confiável."

O sentido da negociação

A assinatura de um novo acordo com o FMI já está sendo colocada apenas para o ano de 1986: nova Carta de Intenções só no ano que vem. Há um esforço no sentido de

se conseguir a capitalização de parte dos juros da dívida e transformar em empréstimos de longo prazo uma parte da dívida de curto prazo. Enquanto esse novo acordo não é assinado, a equipe econômica busca prorrogar pela terceira vez a renegociação feita pelo governo Figueiredo (a segunda prorrogação vence dia 31 de agosto). Fala-se também em um acordo, provisório, com o FMI válido até a próxima "Carta de Intenções" (*Gazeta Mercantil*, 14/08/85).

Na negociação global há, dentre outras, a discussão de como e em quanto diminuir o déficit público. O FMI quer um corte nos gastos públicos (que é uma medida recessiva) entre Cr\$ 16 trilhões e Cr\$ 20 trilhões. O assessor econômico de Sarney, Luis Paulo Rosemberg fala em um corte entre Cr\$ 2 trilhões e Cr\$ 6 trilhões.

Nesta negociação se busca uma posição que possibilite um ajuste interno um pouco menos traumático. Já há um aprendizado entre as classes dominantes no Brasil dos custos de um rígido programa de austeridade. Na sua entrevista ao *The Wall Street Journal*, Sarney é explícito com o que o preocupa ao enfatizar que "... seria irracional pensar que poderíamos forçar o Brasil a uma nova recessão" pois sem programas de assistência social e outros "... as pressões sociais poderão fazer o Brasil explodir".

Esta preocupação com a estabilidade da transição conservadora colocada pelo governo é bem compreendida pelos banqueiros. Comprovando isso, o presidente do Citybank levou a Sarney uma mensagem onde expressa que "... como banqueiros privados temos confiança com o que se passa no Brasil".

da transição conservadora.

terior da Aliança Democrática ou formação de oposições ao governo Sarney. Até mesmo Jarbas Vasconcelos, que boicotou o Colégio Eleitoral e estava na esquerda do PMDB, tem deixado claro não ter uma postura de oposição ao governo central. Enquanto se processa esta reacomodação, o governo Sarney busca sustentação em uma base mais "supra-partidária": aí está o sentido da reunião de Sarney com os governadores e o pacto saído da reunião.

Do "pacto social" ao "pacto nacional"

A reunião dos governadores, por alguns chamada de "Pacto da Alvorada", prestou solidariedade à atuação de Sarney em cinco temas: eleições diretas em todos os níveis e "Constituinte", negociação da dívida externa, combate à inflação, aplicação do Estatuto da Terra e reforma tributária. Apoio de governadores do PDS ao PDT.

Esta reunião não deixa de ser um substitutivo da proposta de pacto social: a pregação da "Nova República" não o viabilizou. A transformação do "pacto social" em "pacto nacional" baseado nos governadores expressa a dificuldade da "Nova República" em ampliar suas bases, cooptando novos setores para lhe dar sustentação.

Perspectivas do governo Sarney

As iniciativas tomadas pelo governo Sarney em termos ofensivos já se processaram. Novas iniciativas político-institucionais com esse caráter ofensivo dificilmente terão lugar. A reacomodação do quadro

partidário definirá para o governo Sarney uma nova situação de seu apoio, que terá implicações na definição do ritmo da transição. A situação e as perspectivas do quadro econômico ficarão mais claras a partir do resultado das negociações com o FMI.

As limitações das medidas "democratizantes" já geram protestos até mesmo de alguns setores libe-

rais, como a OAB, que têm denunciado a farsa do congresso com poderes constituintes. A vinculação com o Sistema Financeiro Internacional definirá um quadro para a política econômica que exigirá a ação dos trabalhadores para revertê-la.

A passagem dos primeiros meses de governo já deixa mais a nu a existência de um novo discurso das

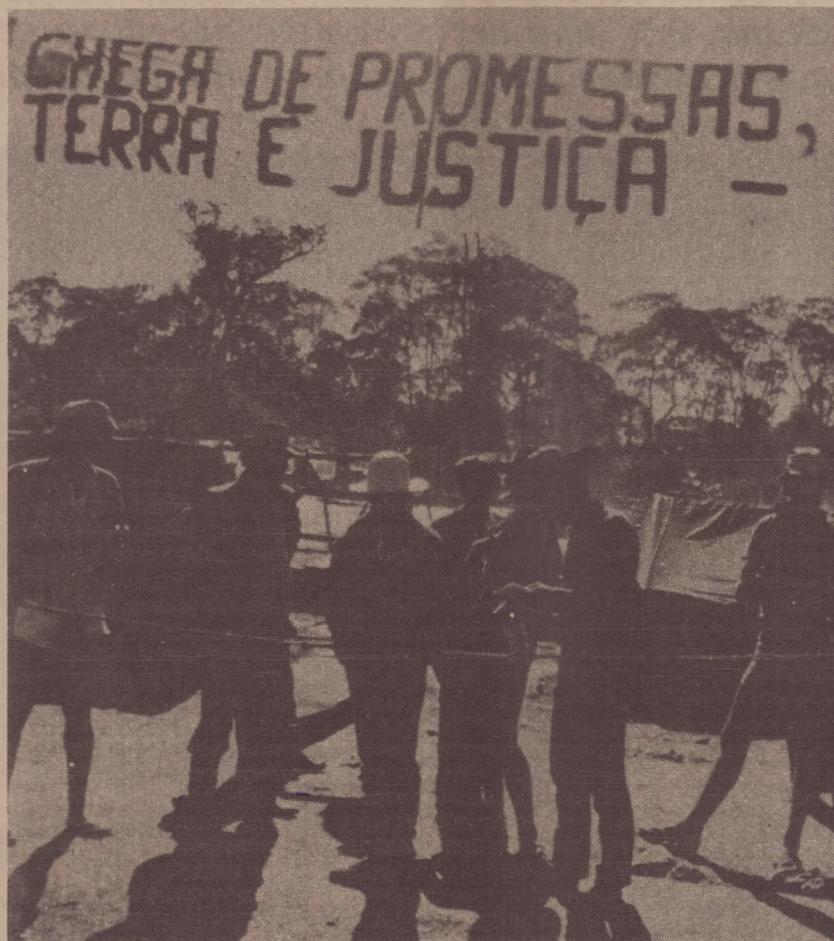
classes dominantes ideologicamente liberal-burguês e socialmente demagógico, que quando comparado à prática contribui para quebrar expectativas da população.

Acossado por uma mobilização mais intensa, por um questionamento mais generalizado, o governo Sarney poderá lançar mão de um conjunto de iniciativas — tipo mudança de ministério, alteração do ritmo da implementação da transição — que tendo um caráter mais defensivo buscará dar fôlego para o governo.

Desenvolver um polo alternativo

O Desenvolvimento de uma alternativa operário-popular à transição conservadora pressupõe a permanente mobilização contra as medidas de austeridade, levando à prática a Campanha Nacional da CUT. O espaço para esta mobilização cresce, na medida em que vai ficando claro que o governo não atenderá às demandas básicas dos trabalhadores, não realizando efetivamente as ansiadas mudanças. Hoje o desgaste do governo é maior do que no início da sua gestão.

Para ampliar este desgaste é necessário que a construção de uma alternativa operária e popular já polarize o processo das eleições municipais, ligando as lutas à campanha eleitoral e à apresentação de uma política global de confrontação com a Aliança Democrática. Ao mesmo tempo é necessário intensificar a luta pela Constituinte Livre, Soberana e Democrática, combinada com a antecipação das eleições diretas para presidente, visando romper com a limitada democracia que a "Nova República" quer impor.



Estatuto da Terra ainda não foi aplicado

A queda do crescimento da indústria

A propalada recuperação da indústria brasileira em 1984, gerou uma controvérsia na imprensa e nos meios acadêmicos em geral. O centro da discussão girava em torno do papel que as exportações industriais (que cresceram cerca de 30% durante o ano) tiveram nesta recuperação. Ao que tudo indica, a importância das exportações foi decisiva, ficando o crescimento complementar (e posterior) da indústria como efeito do aumento das vendas ao exterior.

O crescimento das exportações brasileiras se deu a partir da recuperação da economia americana e das suas repercussões sobre o resto do mundo capitalista. Com o esgotamento da recuperação da economia americana nos primeiros meses deste ano, as exportações industriais brasileiras pararam de crescer e, a partir de março, começaram a cair. De janeiro a maio, apresentaram uma queda de 8,9%.

As conseqüências sobre o nível geral da indústria brasileira foram sensíveis, a ponto do crescimento anual ter se reduzido de 8% no primeiro trimestre do ano, para pouco mais de 3% no segundo trimestre. A perspectiva até o final do ano é de uma queda para 2% ou mesmo crescimento nulo.

Com isso o governo já começa a reavaliar a sua projeção de um crescimento global de 5% para o Produto Interno Bruto (PIB), rebaixando suas expectativas. E também reavalia algumas medidas, chegando a admitir a não realização de alguns cortes nos gastos estatais (já anunciados e prometidos ao FMI): a realização destes cortes pode comprometer um mínimo de crescimento econômico global.

De qualquer maneira é provável, pelo menos a nível da indústria manufatureira, retornar a 1984, ou pior, a 1983, que representa o fundo do poço da recessão iniciada em 1981.

De volta, o velho debate sobre a estatização.

O atual debate sobre desestatização lançado pelo ministro Roberto Gusmão vem repisar velhos temas e velhas contradições de economia brasileira. Gusmão, entre outras medidas, propõe fechar o IBC (Instituto Brasileiro de Café) e o IAA (Instituto de Açúcar e Alcool), além da privatização das empresas estatais em geral.

Todas as funções do IBC, do IAA (que são funções de controle e comercialização), podem ser absorvidas facilmente por outros órgãos estatais (pelo Ministério da Agricultura e outros).

A situação das empresas estatais é mais complexa: empresas como a Petrobrás, Eletrobrás e as várias siderúrgicas (cuja "holding" é a Siderbrás) atuam em ramos de baixa rentabilidade e que exigem grandes investimentos de capital. Constituem assim atividades de pouco interesse para o capital privado nacional ou internacional.

As estatais e o capitalismo brasileiro

As empresas estatais constituem

apenas a ponta de um grande "iceberg" que aponta para o grande envolvimento do estado na vida econômica brasileira: esse envolvimento constitui a única forma de viabilizar a montagem do capitalismo industrial no país. Assim, sua presença é vital e inalienável. Sem ela o Brasil, como país periférico, continuaria em seu estágio primário-exportador.

A contrapartida deste envolvimento necessário e imprescindível é que o estado passa a ser aparelhado pelo capital, transformando-o numa grande e improdutivo autarquia pública e privada.

Esta contradição - o estado como pressuposto do capitalismo industrial e o caráter improdutivo e predatório de sua apropriação pelas classes dominantes - é insolúvel dentro da presente estrutura, constituindo um dos aspectos centrais da crise atual (o outro, à qual se relaciona, é a questão externa). Assim o atual palavreiro dos setores empresariais governamentais a favor ou contra a estatização em nada deverá resultar.

Direção Nacional da CUT: faltou um passo

Fundamentalmente por ter de trabalhar com uma pauta bastante carregada, a Direção Nacional da CUT, em sua última reunião, não chegou a aprofundar várias questões, nem a avaliar as recentes lutas travadas pelos trabalhadores brasileiros. Apesar de ter reafirmado as posições já tradicionais da Central, e de ter melhorado compreensões gerais sobre a questão da Reforma Agrária, da Constituinte, Direito de Greve e da Luta contra o FMI e a Dívida Externa, não saiu desta reunião um plano geral de lutas para o segundo semestre, ficando como uma das tarefas centrais para a Executiva Nacional

Depois de dois adiamentos e com muitos pontos de pauta, reuniu-se nos dias 1º e 3 de agosto a Direção Nacional da CUT. Os temas principais tratados nesta reunião foram: a discussão sobre a luta pela Reforma Agrária e o tratamento que a CUT dará ao Plano Nacional de Reforma Agrária — PNRA — do governo; a luta pelo direito de greve e pela aprovação da convenção 87 da OIT e as discussões iniciais sobre a nova estrutura sindical; a luta pela constituinte livre, soberana e democrática e pelo não pagamento da Dívida Externa; e finalmente, as avaliações sobre o recente ciclo de greves e os encaminhamentos das lutas do segundo semestre.

A luta pela Reforma Agrária

Um dos temas que dominou praticamente metade do tempo de discussão da reunião da Direção Nacional da CUT foi a questão da Reforma Agrária. Nas duas últimas reuniões, este tema foi colocado como um dos últimos pontos de pauta, sendo prejudicado pelo acúmulo das discussões. Desta vez a Reforma Agrária foi o tema inicial. Três questões principais dominaram os debates: os encaminhamentos sobre a continuidade da luta, o tratamento em relação ao PNRA e a questão da violência contra os trabalhadores rurais. A principal polêmica se deu em relação ao PNRA.

A origem desta polêmica está na posição, de certa forma ambígua, que determinados setores da Igreja vêm tendo em relação ao Plano, quando, a fim de forçar o governo a demonstrar claramente qual sua posição sobre a questão, paralisam lutas importantes que vêm sendo travadas. Apesar desta questão não ter sido discutida a fundo, a posição aprovada reconhece que o PNRA, apesar de incorporar algumas reivindicações do movimento sindical rural, não atende “nem a todas e nem as principais reivindicações”.

Desta forma, a CUT sai armada para uma ofensiva maior em relação aos setores que têm a tendência de apoiar de forma irrestrita — ou de maneira crítica, mas apoiando — o PNRA, tentando jogar no isolamento aqueles que têm se mantido na perspectiva das resoluções históricas do movimento sindical rural. É também neste sentido que tem sido denunciadas as iniciativas da Direção da CONTAG, que no afã de apoiar o plano do governo,



A campanha da CUT foi pouco discutida

passam por cima das resoluções do último Congresso Nacional da categoria.

Se o tema da Reforma Agrária foi satisfatoriamente discutido entre os participantes na reunião da Direção Nacional (que contou com a presença de 66 membros), os demais pontos foram prejudicados pelo escasso tempo de debates. As discussões sobre o direito de greve e sobre a convenção 87 da OIT não conseguiram passar das declarações anteriores, sem se aprofundar em algumas questões polêmicas que certamente aparecerão quando este debate se der.

O maior problema destas discussões foi o fato de não se ter produzido um debate de conjunto, que pudesse armar o setor combativo do movimento sindical frente as iniciativas de reformistas e reformadores. Por outro lado, o fato de ter marcado um calendário nacional de seminários para que seja aprofundada a discussão da proposta da CUT sobre a nova estrutura sindical — que será concluído com a rea-

lização de uma plenária nacional da CUT em dezembro — foi positivo, permitindo uma discussão mais enraizada da questão e um maior tempo para sedimentação das novas propostas. Mesmo assim, a CUT já deveria ter uma proposta de conjunto para se contrapor ao PCB e à propostas do tipo Fernando Henrique Cardoso. Que não fosse tão elaborada ou minuciosa, mas que permitisse uma contraposição de conjunto pelo movimento sindical que se agrupa em torno da CUT.

Inclusive, é a falta de uma proposta de conjunto que tem produzido recuos no interior do setor combativo, quando começa a se reforçar cada vez mais propostas do tipo da aprovada no último Congresso da CUT Estadual-SP, onde se coloca o fim gradual do imposto sindical.

Nesta conjuntura de pressões e tentativa de cooptação por parte do novo governo é necessário uma ação mais clara da Direção Nacional para que não existam equívocos sobre as posições da CUT.

A grande ausência

Se pelo menos estes outros pontos foram tratados, a grande ausência dos debates da Direção Nacional foi a avaliação da Campanha Nacional de Lutas, em particular das greves havidas anteriormente. A não existência de uma discussão de conjunto permite que se mantenham várias avaliações sobre os encaminhamentos no período de março a maio passados, sobre a posição das direções sindicais ligadas à CUT e sobre o próprio estágio em que se encontra atualmente a Campanha Nacional.

Desta forma, as discussões sobre a participação da CUT na campanha pela convocação de uma Constituinte livre, soberana e democrática ficam fora das próximas lutas que serão travadas pelo conjunto do movimento sindical e também das discussões e encaminhamentos sobre direito de greve e aprovação da Convenção 87 da OIT. Apesar de terem sido aprovadas resoluções importantes sobre o tema (não aceitação da participação da CUT em “comissões de notáveis”, exigência de uma Constituinte diferenciada do Congresso a ser eleito em 86 etc) os encaminhamentos e a globalização do conjunto das lutas deverá ser feito pela Executiva Nacional, o que pode significar um atraso ainda maior na participação da CUT neste processo.

Finalmente, como produto da recente participação da CUT na Conferência de Havana (ver matéria ao lado), foi aprovada uma campanha contra o pagamento da Dívida Externa e pelo rompimento com o FMI, que terá um papel central nesta conjuntura em que o governo Sarney acena com a continuidade dos acordos com o Fundo. O ponto alto desta campanha será a realização de um Dia Continental de Lutas contra a Dívida Externa — 23 de outubro.

Se por um lado constatamos alguns problemas nas discussões, estes são mais de insuficiência nas conclusões do que divergências que implicariam em recuos sobre decisões históricas da CUT, mas eles também significam que a Executiva Nacional terá uma grande tarefa no próximo período: a partir das resoluções adotadas, produzir um plano geral de lutas que coloque os trabalhadores na dianteira, que consiga um novo levante e amplie as conquistas da classe trabalhadora brasileira.

Contra a Dívida Externa e o FMI: Unidade e Luta

Encontro realizado em Cuba debate endividamento dos países do "terceiro mundo". A CUT participou, fortalecendo a proposta de não pagamento da dívida. Foi decidida uma mobilização continental contra o FMI e a dívida externa: dia 23 de outubro será um dia de luta!

Entre os dias 15 a 18 de julho reuniram-se em Havana -Cuba 46 Centrais Sindicais ou Confederações Sindicais Nacionais, 135 organismos sindicais profissionais ou territoriais, 16 organizações camponesas, assim como 8 organizações e organismos regionais e internacionais, entidades representadas por 330 sindicalistas provenientes de 29 países da América Latina e Caribe. Foi a Conferência Sindical dos Trabalhadores da América Latina e Caribe, convocada pela Central dos Trabalhadores de Cuba.

A realização desta Conferência faz parte de uma ampla ofensiva do governo de Cuba no sentido de discussão de propostas gerais para o combate à Dívida Externa latino-americana. Além desta Conferência, também foi realizado o Encontro sobre a Dívida Externa de América Latina e Caribe, com a participação de representantes governamentais, setores empresariais e representantes de partidos políticos.

As discussões nesta Conferência, na qual a CUT teve uma participação destacada, centraram-se fundamentalmente nas consequências que a política do FMI e do imperialismo tem causado nas economias dos países latino-americanos. Um dos principais efeitos constatados é o de que o PIB da América Latina já caiu a níveis de 10 anos atrás, processo recessivo que é responsável por cerca de 110 milhões de desempregados no continente, com

40% da população em níveis de pobreza absoluta e 30% abaixo destes níveis.

Apesar de não ter caráter deliberativo, a Conferência chegou a posições importantes, como as constatações sobre os efeitos desta política, à condenação ao FMI e à política protecionista dos governos imperialistas, que constitui mais um impedimento ao crescimento da economia do continente.

As deliberações sobre os encaminhamentos e os planos de luta, assim como sobre uma compreensão global foram bastante tímidas. Em relação ao tratamento que o movimento sindical deva dar à dívida perduram várias compreensões, como já expusemos em matéria na edição 201, unificando-se basicamente na compreensão de que os países do continente não terão como pagar a dívida nos moldes atuais.

As palavras de ordem colocadas na ata permitem atender a todas as compreensões:

"Pela anulação, pela moratória, pela suspensão imediata de pagamentos, ou adiamento indefinido da dívida externa, inclusive dos juros".

Dia 23 de outubro: luta contra a dívida

O grande avanço foi a convocação a "todos os trabalhadores e todas as organizações sindicais (...)

para a realização no próximo 23 de outubro de um dia de ação continental contra a dívida externa". Esta iniciativa representa um passo na luta dos trabalhadores contra a política do FMI. Daí manchete do "Jornal da Tarde", que se referia a Jair Meneghelli como o "Homem da CUT" que foi a Havana receber de Fidel as ordens para fazer uma greve no Brasil contra a Dívida Externa. Isto depois de dar em Manchete que o povo brasileiro era favorável ao pagamento da dívida...

A partir destas conclusões, a Conferência reafirma a necessidade de reforçar a participação nos encontros que já se preparam no continente, apesar de não mencionar explicitamente a perspectiva de realização do Encontro dos Trabalhadores de América Latina e Caribe sobre a Dívida Externa, marcado pela reunião de Montevidéu para 4 a 6 de novembro.

A importância da unidade

A Conferência de Havana representa um avanço na busca da unificação dos trabalhadores latino-americanos em sua luta contra a dominação imperialista no continente. Por isso é necessário termos uma visão clara das limitações nas posições apresentadas e na política a seguir.

Posições sectárias, como as colocadas recentemente pelo jornal



"Convergência Socialista" e pela revista "O Trabalho", que procuram mostrar Fidel Castro como representante dos setores à direita do movimento sindical latino-americano são um equívoco político. Um erro pois desconhecem a política desenvolvida por setores direitistas do movimento sindical latino-americano que, apoiados pela AFL-CIO, além de desenvolverem campanhas de combate à Nicarágua e à Cuba, defendem o pagamento da dívida externa.

Mas o mais gritante é o erro de não compreender que neste momento, mesmo com a existência de compreensões divergentes entre setores, é fundamental a todos os que lutam com consequência buscar a maior unidade possível contra as políticas do FMI e contra as políticas de austeridade implementadas pelos governos burgueses nos países de América Latina. E o primeiro passo está dado: toda força ao Dia Continental de Luta, dia 23 de outubro!

Discurso do presidente da CUT em Cuba

Trechos do discurso de Jair Meneghelli na Conferência em Havana:

"Em nome de 12 milhões de operários e camponeses representados no Congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores tenho a honra de lhes dirigir a palavra.

"A CUT é filha das batalhas travadas no interior das fábricas do coração industrial do Brasil e das ocupações organizadas das terras do latifúndio nos campos da nossa Pátria.

"Entendemos que a presença massiva e a representatividade dos dirigentes aqui reunidos significam um compromisso de luta e de unidade da classe trabalhadora de toda América Latina e do Caribe frente à tremenda crise econômica, social e política que se abate sobre o nosso continente.

"(...) em 1964, quando os milita-

res assumiram o poder, a dívida externa correspondia a 15% do Produto Interno Bruto; hoje corresponde a 46,3% do PIB;

"no período entre 1973 e 1984 o Brasil pagou 68 bilhões de dólares somente em juros e serviços da dívida. Se os bancos credores tivessem mantido a mesma taxa de juros de 1973, equivalente a 6,68% ao ano, (...) haveríamos pago 30 bilhões de dólares a menos.

"Que nome damos a esta operação, companheiros e companheiras? Isto é roubo! Isto é estelionato internacional!

"Vejamos agora o que significa para o povo trabalhador do Brasil arrancar 65 bilhões de dólares em juros de uma dívida que não foi por ele contraída: significa que 114 milhões de brasileiros tiveram que trabalhar um ano gratuitamente para

produzir este volume de riqueza.

"Que nome damos a isto, companheiro? Só há uma palavra para definir: ESCRAVIDÃO.

"Não há contudo, uma dívida externa especificamente brasileira. Ela é parte de um grande jogo que contrapõe os países capitalistas industrializados aos países do 3º mundo, particularmente os da América Latina e Caribe. O aspecto particular da dívida externa brasileira reside apenas na voracidade da rapinagem do imperialismo e no servilismo absoluto da ditadura militar e dos nossos servidores das classes dominantes, às suas exigências.

"Portanto, companheiros e companheiras, essa histórica conferência dos trabalhadores começará, na realidade, no dia do seu final. Quando regressarmos aos nossos países para lançarmo-nos ao traba-

lho de mobilização e organização de cada categoria do campo e da cidade:

1. Pelo não pagamento definitivo da dívida externa imposta pela agiotagem internacional aos nossos povos; cumprimos com essa decisão aprovada no I Congresso Nacional da CUT em 1984;

2. Por um dia internacional de luta em todo o continente contra a dívida externa;

3. Por uma nova ordem econômica internacional que assegure novas bases para os preços dos nossos produtos no mercado mundial;

4. Pela nacionalização das empresas multinacionais que atuam nas nossas economias como sanguessugas dos bens que produzimos;

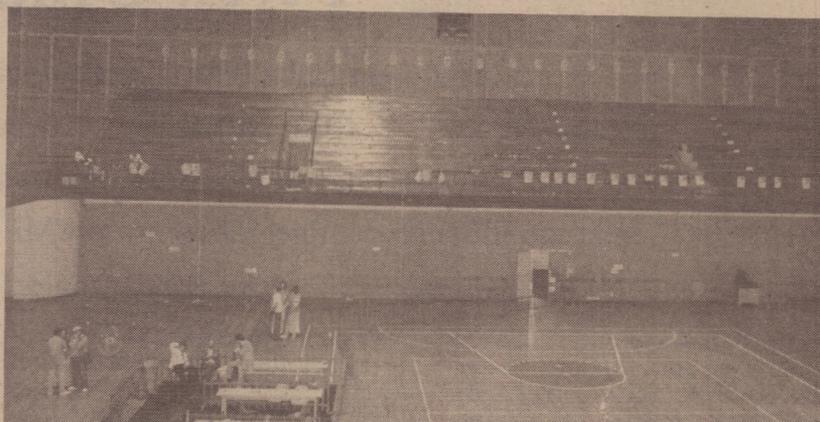
5. Pela distribuição das terras em poder das empresas transnacionais aos trabalhadores rurais sem terra.

Sindicato dos Plásticos - SP

Mais um da CUT!



Apuração: o lado da CUT



e o da CONCLAT...

A chapa 2 vence as eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Plásticos de São Paulo e Caieiras, enterrando 21 anos de peleguismo.

No primeiro escrutínio realizado nos dias 5, 6, 7 e 8 de agosto, a categoria dos plásticos de São Paulo assegurou por uma diferença de 641 votos, a vitória da chapa 2 (3.420) e à chapa 1 (2.779) ainda exigiram uma ratificação num segundo escrutínio, mas definitivamente já estava consolidada no dia 9 de agosto, no encerramento das apurações da primeira votação, o retorno desta entidade às mãos dos trabalhadores.

Durante toda a apuração, nenhuma surpresa: o que já era esperado se confirmou, com a oposição garantindo em praticamente todas as urnas uma vantagem tranquilizadora contra a chapa 1, que se viu derrotada inclusive em onze fábricas onde tinha representantes, e por diferenças vergonhosas, como no caso da Atma e Tubosin (38 x 167), Polyfilm (37 x 113), Itap (104 x 166), Trol (98 x 182) ou Edea (94 x 249). Até mesmo na sede sob o controle da antiga diretoria, a vitória da oposição foi confirmada pela diferença de um voto.

Estes resultados foram comemorados com muita euforia pelos trabalhadores da chapa 2, que viam a cada urna, murchar os ânimos de seus adversários, enterrados definitivamente sob os gritos de "Mais um da CUT! Mais um da CUT!"

Na verdade, além da disputa contra os pelegos que há 21 anos tomaram de assalto o sindicato, a eleição dos plásticos virou uma batalha de vida e morte para os apoiadores da Conclat, que acabam de perder um dos mais importantes sindicatos operários de São Paulo e agora correm o risco de perder

também a Federação dos Químicos que engloba o sindicato dos Plásticos de São Paulo e Caieiras, o dos Químicos de São Paulo e o de Santo André, filiados à CUT.

Recauchutagem de última hora

Para tentar assegurar a sua continuidade no Sindicato dos Plásticos, os pelegos usaram de vários artifícios. O principal deles foi vestir a pele de "dirigentes combativos". Nesta jogada, assumiram bandeiras da oposição, procuraram politizar a campanha com críticas à Nova República, tentaram confundir a categoria e até optaram pela cor vermelha — que sempre foi a cor da oposição sindical dos metalúrgicos — em sua campanha.

Mas como marmelada na hora da morte mata, ao se apoderar da bandeira contra o desconto da antecipação salarial — levantada pela oposição junto com os trabalhadores — a chapa 1 acabou por transformar a luta em uma assembleia esvaziada e vendeu a sua manobra ser desmascarada pela chapa 2.

As vésperas das eleições, mais uma "radicalizada": desesperados com o crescimento do apoio à oposição, os pelegos lançaram uma última carta. Sem discussão, chamaram à greve os trabalhadores de uma grande fábrica (a Plavinil). Fizeram piquete, impediram a entrada dos operários, mas não conseguiram segurar o movimento forjado que acabou se esvaziando após o primeiro dia de eleição.

Esta tática de "combatividade" acabou por beneficiar a atuação da oposição. Esta roupagem os pelegos não seguraram por muito tempo, mas com ela

acabaram criando uma expectativa dos trabalhadores descontentes que acabou por abrir espaço para mobilizações.

Paralelo a isto, os métodos tradicionais também estiveram em uso. Só no último dia a oposição teve acesso à lista dos filiados. A indicação dos mesários pela oposição só foi conseguida após recurso jurídico. O roteiro das urnas fornecido pelo Sindicato também não esclarecia seus percursos e horários. Além disto, o que se viu nas fábricas foi a pressão das chefias ou a conivência dos gerentes e patrões com a chapa 1.

A oposição na direção das lutas

A atuação da antiga diretoria do sindicato, disfarçada de combativa, trouxe para a oposição uma questão: como diferenciar suas propostas, como superar o nível de confusão semeado. Um dos trunfos na desmoralização do engodo montado pelos pelegos foi que de uma coisa eles não podiam fugir: quem não fez em 20 anos, não vai fazer em três.

Mas só isto não seria suficiente para assegurar a vitória da oposição. O fundamental foi o seu entendimento de que deveria disputar a direção política da categoria e com isto nortear toda a trajetória da campanha.

Isto fez com que a oposição — disputando pela primeira vez as eleições — centrasse força, num primeiro momento, na apresentação de sua proposta, dizendo a que veio e o que pretendia. Em seguida, após o lançamento da proposta, a chapa 2 procurou mostrar através da ação, que além de um programa claro, se propunha a ser a dire-

ção que a categoria vinha necessitando em suas lutas. Em reuniões nas fábricas, através de pesquisas, de denúncias das condições de trabalho nas fábricas ela foi se colocando como tal.

Essa ação fez com que os dirigentes do sindicato se vissem na obrigação de assumir as lutas apontadas e colocassem a nu as suas limitações à medida em que suas manobras eram denunciadas e não conseguiam responder às cobranças e exigências da categoria.

O resultado dos acertos da chapa 2 se refletiram na sua vitória para o Sindicato dos Plásticos. E a verdadeira face dos "combativos de última hora" se desmoralizou de vez no segundo escrutínio. Quando encerrávamos esta edição, a derrotada diretoria do Sindicato ainda tentava por todos os meios evitar que a oposição tivesse acesso ao roteiro das urnas, tentava impedir que estas urnas circulassem na grande maioria das fábricas onde tinha sido derrotada, tentava fraudar o resultado e só se pode viabilizar a eleição com a presença maciça de apoiadores da chapa 2, de dirigentes sindicais e de uma ação firme da assessoria jurídica da CUT, que esteve presente desde os primeiros momentos da eleição. Apoios decisivos para a vitória da chapa 2.

As últimas tentativas desesperadas de quem fez de tudo para conseguir evitar que a vontade da categoria, expressa no resultado da votação do primeiro escrutínio, se consolidasse definitivamente. Esforço inútil: só uma grande fraude impedirá que os trabalhadores tenham de volta o seu sindicato e tenham nele agora a direção política para as suas lutas.

Rio Grande do Sul

V ENCLAT: Discutindo a Constituinte

A Plenária Estadual da CUT realizada em junho de 84 se definiu pela necessidade da estruturação e implantação da CUT no estado e pela participação dos sindicalistas a ela ligados no IV ENCLAT (Encontro Estadual da Classe Trabalhadora-RS). Na mesma linha, o recente Congresso que fundou a CUT na região da Grande Porto Alegre direcionou suas resoluções neste sentido: jogar todo peso na implantação e fortalecimento da Central na região importante.

Ao mesmo tempo, via nossa participação no V ENCLAT, que acontecerá nos próximos dias 16, 17 e 18 de agosto, trabalharemos na perspectiva de manter este fórum

unitário que seja capaz de garantir uma ampliação do campo político de articulação do setor combativo do movimento sindical. Cabe ao PT e ao conjunto dos sindicalistas da CUT avançarem em propostas concretas que apontem para a formulação desta política, baseada na defesa dos interesses dos trabalhadores e suas formas de organização independente.

A Secretaria Sindical do PT

A Secretaria Sindical do PT no seu boletim nº 4 que prepara a intervenção no Enclat caracteriza o período: "a burguesia se encontra com a iniciativa política, fazendo com que a luta pela convocação da

constituinte se mantenha no campo institucional", e "o governo e seus apoiadores começam a deixar mais claro os limites de suas propostas quanto a democratização do país, trabalhando com a convocação de uma constituinte estreita, que irá manter as distorções de representação, além de ser eleita na vigência da LSN, Lei de Greve, Lei de imprensa etc., vindo a ser na verdade uma tímida reforma constitucional".

"Isto coloca para o movimento operário combativo, acrescenta o boletim, "a necessidade de articular uma política clara e um campo próprio, lutando por uma constituinte livre, soberana, democrática e ex-

clusiva, sem o "entulho autoritário" — na perspectiva de estabelecer um processo de discussão e mobilização colado às propostas de estabelecimento de uma nova ordem social e econômica de interesse dos trabalhadores, cristalizando um campo alternativo à política dos liberais." A avaliação continua, acrescentando "ser possível hoje — haja visto iniciativas de setores fora do campo da CUT, como algumas federações etc... — a articulação de uma frente sindical no estado que seja responsável pela organização e fomento do debate da participação dos trabalhadores na Constituinte e definição de um projeto próprio dos trabalhadores".

QUESTÃO AGRÁRIA

Latifúndio assassina padre em Rondônia

A luta no Campo não sai de cena, as impunidades também não; e a Reforma

Agrária mais do que nunca, é reivindicada.

Enquanto isso, mais mortes.

No dia 24 de julho passado foi assassinado a tiros o padre italiano Ezechiele Ramim, missionário do CIMI em Cacoal, Rondônia.

O padre, juntamente com o sindicalista Adílio de Souza, presidente do sindicato dos Trabalhadores rurais de Cacoal e membro do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores, voltava de uma reunião com cerca de 300 posseiros da localidade de Nova Colina. Eles foram emboscados por jagunços da fazenda Catuva, que alvejaram o padre com mais de 15 tiros, enquanto o sindicalista conseguiu fugir.

Em Cacoal, uma semana depois foi realizada uma passeata com

mais de cinco mil pessoas, protestando contra o assassinato do padre e exigindo a punição dos executores e mandantes do crime. Os diretórios Regional e Nacional do PT, a CUT e a CPT enviaram telegramas ao governo estadual e federal no mesmo sentido.

A morte do padre Ezechiele vem se somar a centenas de outras que ocorreram nos últimos anos, como parte da luta pela posse da terra. Além disto, nos últimos meses os latifundiários vem radicalizando suas ações, e o número de assassinatos de trabalhadores vem aumentando, sempre com a conivência

dos governos estaduais e do governo federal.

Neste caso, até o momento a polícia tem se omitido completamente da prisão dos jagunços, embora seja público quem são eles e para quem eles "trabalham".

A luta pela posse da terra já tem uma longa história de assassinatos e prisões de trabalhadores rurais e de padres comprometidos com esta luta.

O avanço da organização dos trabalhadores e a radicalização dos conflitos por parte dos fazendeiros mostram que este é apenas mais um caso de omissão da polícia e de im-

punidade para jagunços e latifundiários, que tentam por todos os modos intimidar os que lutam pela Reforma Agrária massiva e sob controle dos trabalhadores. A "Nova República", apesar do anúncio do seu plano de reforma agrária, mantém no seu essencial a política agrária da Ditadura, limitando-se a prometer a aplicação do Estatuto da terra e ao mesmo tempo permitindo e até estimulando a violência dos fazendeiros. A apuração imediata de todos os crimes e a punição dos culpados é elemento indispensável em qualquer política que procure atender realmente aos interesses dos trabalhadores rurais.

Vigorosa luta dos urbanitários cariocas

"Somos uma categoria toda empregada nas empresas estatais, federais, estaduais, ou seja, nosso patrão é o Governo.

Por esta razão, as medidas adotadas (os cortes nas estatais) mexem diretamente conosco.

Está prevista uma redução de 1,3 trilhões na folha de pagamento das estatais.

Isto significa, em primeiro lugar, salários com reajustes inferiores ao custo de vida e, possivelmente, demissões.

Essas medidas e mais a suspensão de novas admissões, já estão provocando um aumento de ritmo de trabalho e das tarefas de cada trabalhador.

SOMOS OBRIGADOS A PRODUZIR MAIS POR UM SALÁRIO CADA VEZ MENOR"

Esta é uma das principais denúncias e um dos mais cortantes argumentos da oposição organizada na Chapa 3 para as eleições de outubro próximo no Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro — o mais importante pleito sindical do momento, no Estado.

O teor e o nível da campanha estão sintetizados no ardente apelo: SINDICATO É PARA LUTAR.

Setor essencial

A denominação "urbanitário" é recente. Ela encobre uma manobra dos pelegos para continuar controlando o antigo sindicato dos trabalhadores da luz e do gás.

Em consequência, está montado um poderoso sindicato que soma no mesmo feixe de varas os trabalhadores eletricitários da Light, Eletróbrás, Furnas, Companhia Estadual de Pesquisa em Energia Elétrica (CEPEL) e Nuclen, uma subsidiária da Nuclebrás. Mais ainda, os da Companhia Estadual do Gás (CEG) e da CEDAE. Uma potência sindical que desperta.

Pelegos divisionistas

Os pelegos, agora distribuídos nas chapas 1 e 2 em disputa das mordomias do imposto sindical, sempre fizeram tudo para manter a categoria dispersa e dividida. Por exemplo, na luta pela reposição salarial fizeram tudo a seu alcance para impedir uma ação comum. Ninguém se lembrou da CEDAE, num verdadeiro insulto aos trabalhadores reduzidos a simples massa de manobra eleitoral. Isto mostra o que significa "unidade" na boca dos pelegos que só podem continuar reinando se mantiverem os

trabalhadores separados. Em lugar da trimestralidade, preferiram negociar um empréstimo com as empresas para os trabalhadores pagarem depois.

A atual oposição vem lutando há anos. Participou em todas as mobilizações da categoria, desde a passeata contra as demissões na Light, em novembro de 82, passando pelas campanhas salariais nas diversas empresas, até as greves de 1984 na Light e 85, na CEG e na CEDAE.



Assembléia de Urbanitários

Unificação das campanhas

As reivindicações unitárias dos trabalhadores aparecem em relevo na campanha dos urbanitários: reposição salarial já, reajuste trimestral, 40 horas semanais, estabilidade no emprego, congelamento dos preços dos serviços e gêneros de primeira necessidade, adicional de periculosidade, equiparação das aposentadorias aos salários que seriam recebidos em atividade.

Os urbanitários têm também um objetivo específico da categoria e que interessa vivamente a todo o movimento sindical — a unificação das campanhas salariais. Os pelegos fizeram com que até empresas com a mesma data-base fizessem campanhas separadas. Uma só data-base, uma única campanha salarial conjunta, baseada em ativas comissões por empresa democraticamente eleitas, unindo e organizando os trabalhadores e enfrentando os pa-

vo brasileiro. É a luta contra o FMI, a batalha contra a entrega das estatais brasileiras às multinacionais.

A simples relação das empresas em que trabalha a categoria já mostra a posição estratégica que ela ocupa na economia nacional. A campanha contra as estatais está servindo à burguesia para esconder a incompetência dos corruptos governos militares e o entreguismo dos seus sucessores. Como nos demais países da América Latina, notadamente no México, o FMI está exigindo a privatização das estatais, aumentos brutais de tarifas e desemprego em massa. Essa política está atingindo em cheio os urbanitários. Ao se defenderem contra o assalto denunciam o perigo que correm os interesses e a independência do povo brasileiro.

Os urbanitários têm um ponto de honra em seu programa. Na luta pelo pão e a liberdade, estão cara a cara com o FMI.

Construindo a CUT

A vitória da Chapa 3 significará a inclusão de uma das mais numerosas e importantes categorias no polo combativo do sindicalismo do Rio de Janeiro. Depois das vitórias nos Sindicatos dos Bancários e dos Portuários, os Urbanitários avançam para tornar-se mais um baluarte da CUT.

O ingresso dos urbanitários no polo sindical combativo será um reforço considerável à luta pelo direito de greve, pois a categoria está incluída na reacionária concepção anti-greve e anti-operária da "essencialidade".

trões a partir do local de trabalho. Ao mesmo tempo, é lançada a iniciativa da formação e manutenção de um fundo de greve permanente, como garantia de liberdade de iniciativa para o sindicato.

Um ponto de honra

Cabe um destaque especial à luta dos urbanitários no ponto em que seu imediato e direto interesse de classe se confunde e harmoniza com os interesses e direitos de todo o po-



MÉXICO

PRT: uma campanha eleitoral combativa

PRT elege 6 parlamentares

O conjunto dos resultados das eleições de 7 de julho não são ainda conhecidos. As fraudes dominaram o processo. Richard Meislin escreveu no **International Herald Tribune** de 17 de julho que "se este tipo de eleições tivesse ocorrido em El Salvador em 1983 ou na Nicarágua em 1984, ele teria produzido uma rede mundial de declarações de fraude e conduziria a um grave questionamento da credibilidade do governo eleito". O Partido Revolucionário Institucional (PRI) claro, é majoritário e já tem confirmados 294 lugares em 400. O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), apesar da fraude, obteve seis lugares. Nós entrevistamos Patrícia, membro do Birô Político do PRT. Ela relatou a campanha do PRT (seção mexicana da Quarta Internacional).

A campanha eleitoral não parece ter mobilizado as massas. Por que? E que respaldo o PRT encontrou antes das eleições de 7 de julho último?

O desinteresse relativo dos mexicanos provém da natureza das eleições para as quais eles foram convocados. Se tratava de eleger 400 deputados para a Câmara Federal, uma instância que parece muito distante das realidades vividas pela maioria da população. As eleições legislativas, como tradicionalmente ocorre no México, não mobilizam jamais tantas pessoas como a eleição presidencial. Desta vez a taxa de abstenção atingiu 60%.

O Partido Revolucionário Institucional e o Partido da Ação Nacional, que são as duas primeiras forças do país, os bonés branco e vermelho da reação, rapidamente renunciaram aos comícios, após alguns fracassos que os colocaram face a salas vazias. (1) O PRT, de outro lado, continuou a convocar manifestações, a garantir os debates nas esquinas. O que surpreendeu no vazio político reinante.

Em alguns estados, os eleitores deviam, além disso, eleger os governadores e os deputados estaduais. Nestes casos, a campanha foi, sem dúvida, mais animada.

Mas a principal inquietação do trabalhador é menos saber em quem ele votará e mais o que ele comerá no dia seguinte. Foi por isso que nós escolhemos como lema central da campanha: "por uma vida digna". Um tema desenvolvido em torno de três idéias básicas: "o salário, a terra e a democracia".

Por que estas três idéias?

Por razões evidentes. O salário? Porque de janeiro a junho os trabalhadores sentiram-se como que dançando na corda bamba, esperando para conhecer o aumento do salário mínimo previsto para o meio do ano. No quadro da política de austeridade que o governo acertou com o FMI, são os operários e camponeses que suportam o pagamento da dívida do México.

O segundo ponto forte de nossa campanha: a

terra. Contra isso, o PRI se obstinou em afirmar que nada havia para ser distribuído.

Enfim, nós lutamos pela democracia e denunciávamos a repressão. Os "bandoleros" reapareceram nos campos. Armados e financiados pelo estado, eles assassinam os camponeses que lutam nas organizações independentes. Dentro deste espírito, nós também denunciávamos o PRI em todas as instâncias políticas e os partidos fantasmas que ele protege e utiliza.

Vocês não conseguiram formar a coligação que esperavam com os dois outros partidos de esquerda, o PSUM e o PMT, Como foram as negociações e a ruptura?

Primeiramente devemos lembrar que o governo desencorajou a oposição a formar acordos eleitorais de toda forma que pode. A lei obrigava os partidos que se integravam em uma coligação a abandonarem o seu registro legal, isto é, a renunciar à legalidade e a todos os subsídios que o Estado dá aos partidos declarados. Apesar disso, o PRT estava pronto, desde janeiro, a perder seu registro, se a unidade da esquerda tivesse sucesso. O PSUM e o PMT, entretanto, escolheram sair sozinhos para a batalha (2). O protocolo que nós devíamos ter assinado em março não saiu nunca.

Nós passamos então a realizar acordos com muitas organizações não registradas, mas desta vez sem renunciar a nosso registro. Assim, organizações independentes, de mulheres, de camponeses, se tornaram nossos aliados. Seus símbolos apareceram nos cartazes chamando a votar no PRT. Fomos assim pouco a pouco aparecendo como os mais unitários.

As eleições que tiveram lugar em 7 de julho ainda não tiveram seus resultados publicados. A fraude do PRI, como de hábito, funcionou bem...

Sim, mas o PRI não se contentou em falsificar os resultados. Ele entrevistou também no desenvolvimento da votação. As listas de seus eleitores foram inchadas, enquanto mexicanos suspeitos de votar na esquerda não receberam seu título eleitoral. Da mesma forma, no dia da eleição um

fiscal marcou com tinta o polegar dos que já haviam votado para lhes evitar a tentação de tornarem a depositar seu voto em outras urnas. Curiosamente, em muitos locais de votação não havia jamais tinta quando um eleitor do PRI se apresentava. Enfim, à noite não foi raro que urnas desaparecessem. E, apesar da lei nos autorizar, o PRT assim como as outras formações de esquerda não tinha os meios para enviar observadores para todas as cabines de votação.

Quais são, então, os resultados oficiais e os de vocês?

Nós tivemos seis cadeiras na Câmara, o que significa que o governo nos atribuiu o mínimo legal para ter seis representantes (1,5% dos votos). Segundo nossas estimativas, baseadas nas apurações que pudemos assistir em um terço dos locais de votação, nós deveríamos ter tido, a nível nacional cerca de 3% dos votos. Isto não impediu o PRI de dar à entender que nós sequer obtivemos 1,5% dos votos e que nós devemos nossos deputados à sua generosidade.

Hoje somos a terceira força do país, em cinco estados (contra somente dois em 1982), depois do PRI e do PAN. Nós também recrutamos muitos militantes. Cada vez mais gente responde aos chamados à manifestações. Um movimento que nós devemos agora estruturar.

Notas:

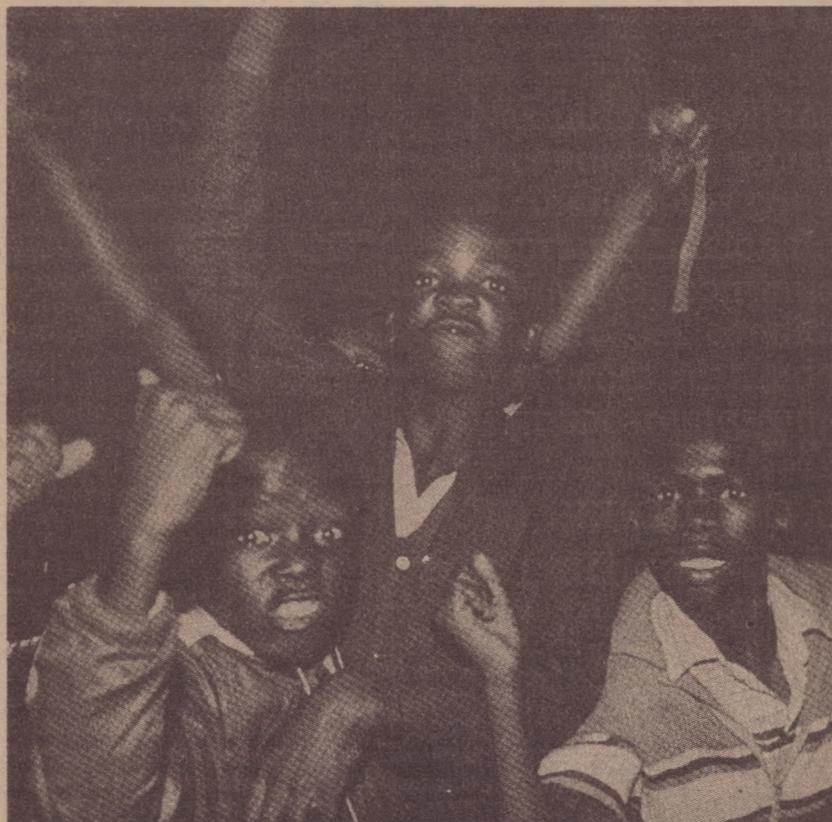
(1) O PRI está no poder a cinquenta e seis anos. Ele soube se manter pela repressão e o clientelismo. Depois da eleição de 1982, o PAN operou uma abertura. Pretendendo ser uma alternativa democrática ao PRI, ele defende de fato um projeto reacionário.

(2) O Partido Socialista Unificado do México (PSUM) é o sucessor do Partido Comunista. O Partido Mexicano dos Trabalhadores (PMT) representa uma corrente nacionalista de esquerda. O primeiro fez sua campanha sobre o tema "Abrir as portas para a democracia". O segundo consagrou-se na denúncia da corrupção.

(Traduzido do ROUGE — França)

África do Sul

Mobilizações encurralam apartheid



Somente na segunda semana de agosto, 55 pessoas foram mortas e 385 feridas em violentos choques na África do Sul. A polícia admite ter matado 22 das vítimas. No dia 21 de julho o governo racista do primeiro ministro Pieter Botha decretou o estado de emergência em 36 distritos do país, permitindo à polícia deter quem quiser por tempo ilimitado, sem comunicação, e restringindo drasticamente a liberdade de manifestação.

Desde a decretação do estado de emergência, mais de 1500 pessoas foram presas, e entre os mortos está Vitória Mxenge, advogada negra defensora de presos políticos. Ela era uma dos advogados dos 16 líderes da UDF, uma das frentes políticas contra o apartheid existentes no país, que estão sendo julgados, acusados de alta traição, na maior ação judicial do governo contra a oposição desde o julgamento de Nelson Mandela há 21 anos.

Simultaneamente, tem crescido em todo o mundo a pressão para que os governos dos países imperialistas rompam com o regime racista e adotem ou reforcem pressões eco-

nômicas contra ele. Um movimento de massas contra o apartheid está se desenvolvendo em particular, nos EUA.

Respondendo as pressões internacionais e internas, o governo de Botha estava ensaiando nos últimos meses duas tímidas reformas, o fim da proibição dos casamentos mistos e da proibição de partidos políticos inter-raciais. Mas mesmo os líderes negros mais moderados, como o arcebispo anglicano de Johannesburg, Desmond Tutu, reconhecem a inoquidade destas medidas. Ele disse que a recusa do governo em revogar a legislação racista apenas conduz a radicalização da oposição negra e que "o movimento assume proporções tão amplas que as lideranças que pregam ações não armadas poderão tornar-se incapazes de conter a violência".

É dentro deste quadro que o Sindicato Nacional dos Mineiros, o mais importante do país, marcou para o dia 25 de agosto uma greve geral da categoria por tempo indeterminado reivindicando um aumento de salarial de 22%.

A luta dos negros contra o regime racista

A "reforma constitucional" de Botha.

No dia 2 de novembro de 1983, o primeiro ministro P. Botha ganhou apoio de dois terços dos eleitores brancos (os únicos que votaram) para suas propostas constitucionais. As reformas aprovadas neste plebiscito aumentaram o poder do presidente e criaram um parlamento composto por três câmaras distintas: a dos brancos, a dos "mestiços" e a dos "indianos". Os 24 milhões de negros permaneciam sem representação.

Era uma operação ambiciosa da parte de Botha. Ele desenvolvia uma ofensiva militar e diplomática contra os países vizinhos, que redundou nos acordos que neutralizaram Angola e Moçambique como bases de ação contra a Namíbia e a África do Sul e na ampliação da dependência econômica do conjunto da região em relação ao regime racista.

O fracasso do plano de Botha

No plano interno o referendo era uma resposta à crescente atividade das massas negras contra sua opressão nacional e em questões sociais. E aí o plano de Botha fracassou. As eleições raciais de agosto de 1984 assistiram ao boicote massivo. Menos de 20% dos "mestiços" e 10% dos "indianos" compareceram às urnas. E mais importante, foram seguidas, em setembro, da mais importante onda de protestos da história recente do país. As massas negras não mais se contentavam em assistir à sua marginalização.

As mobilizações foram a junção das lutas dos trabalhadores "mestiços" e "indianos", dos estudantes negros e da população dos guetos negros (townships). Foi du-

rante o boicote às eleições de agosto que duas estruturas políticas, abrangendo várias organizações anti-apartheid, mostraram todo o seu potencial de mobilização: o Comitê do Fórum Nacional (NFC) e a Frente Única Democrática (UDF).

A agitação tomou conta de estudantes secundaristas dos guetos que tinham três reivindicações: reconhecimento dos conselhos de representantes dos estudantes, abolição dos castigos corporais e suspensão dos limites de idade para a educação de segundo grau. Em 22 de agosto os protestos atingiam 630 mil estudantes. A população dos guetos negros empreendeu uma violenta rebelião contra a elevação do preço da eletricidade e do aluguel das casas pertencentes ao estado. O movimento que teve como centro a região em torno de Johannesburg espalhou-se por todo o país durou várias semanas, alcançando, como no caso dos estudantes, algumas conquistas.

A revolta e a greve geral

No espaço de alguns poucos meses, os vários setores das massas oprimidas envolveram-se em lutas contra o mesmo problema da repressão e da forma como o apartheid atinge a sua vida. Nas explosões de fúria popular, o efeito cumulativo de todas estas restrições aos direitos democráticos e nacionais dos oprimidos, combinado com as demandas imediatas dos trabalhadores e massas pobres dos guetos, criou o cenário para a articulação nacional e a revolta social.

Este processo culminou na greve geral na região de Transvaal, nos dias 5 e 6 de novembro, chamada em torno das demandas de resignação do conselho municipal, retirada

da polícia e do exército dos guetos negros, suspensão do aumento dos aluguéis e dos preços dos ônibus, libertação dos presos políticos e detidos, readmissão dos trabalhadores demitidos. O papel central na sua articulação coube aos sindicatos negros independentes - a FOSATU (Federação dos Sindicatos da África do Sul) e a CUSA (Conselho dos Sindicatos da África do Sul) - que passaram a dividir com a UDF a liderança das massas oprimidas. A greve foi, segundo a opinião de todos os observadores, uma vitória.

No país do apartheid, a opressão nacional de todos os negros oferece base objetiva para a unidade de sua mobilização. Esta dinâmica favoreceu o surgimento de frentes únicas contra o apartheid, tais como a UDF e a NFC. Mas a organização e a base do movimento sindical independente tornaram possível dar uma expressão mais centralizada para esta unidade.

A diferenciação no interior do movimento

O ascenso do movimento contra o apartheid deu origem a um processo de diferenciação que configurou alguns polos. De um lado, a chamada corrente cartista, está tentando oferecer uma articulação política e organizacional para as massas oprimidas. Ela resulta de uma aliança do Congresso Nacional Africano (ANC) e do Partido Comunista Sul Africano (SACP) com setores da igreja e círculos liberais brancos, em torno de um programa implícito, A Carta da Liberdade, impulsionada pelo Congresso Nacional Africano. De outro lado, formou-se o Fórum Nacional pela unificação de várias correntes em torno da rejeição de qualquer aliança com os liberais brancos e que

oferece um programa mais radical e explicitamente socialista como uma alternativa à corrente cartista.

Por fim situam-se os sindicatos independentes que, por vários motivos, recusam-se a integrar-se na UDF e na NFC, rechaçando principalmente e auto-proclamação do SACP como direção revolucionária.

O exemplo do PT

Uma ampla discussão foi aberta. De um lado, os sindicatos criticam a UDF pela forma e composição de seus corpos de liderança e por solidarizar-se com os liberais. De outro lado, a UDF acusa o NFC de ser apenas um fórum e não uma frente realmente centralizada. E critica os sindicatos por adotar posições "obreristas", "economicistas" e "sectárias".

Um aspecto interessante para nós, brasileiros, é a polêmica que *African Communist*, órgão do SACP, abriu contra os sindicatos independentes: "Alguns deles estão fascinados pelo exemplo do Brasil. Um artigo recente sobre este país publicado no *South Africa Labour Bulletin* tenta traçar um paralelo com os desenvolvimentos na África do Sul. No Brasil o sindicalismo militante de massa conduziu ao nascimento de um partido político que rapidamente criou raízes entre os trabalhadores, os desempregados, as bases da igreja, a juventude progressista e a intelectualidade de esquerda..."

"O autor menciona quase de passagem que este partido cana a muito da hostilidade para com o Partido Comunista Brasileiro... ou que se reclama, historicamente o partido dos trabalhadores. O Brasil também faz parte do programa de estudos dos assessores da FOSATU e é discutido em seu jornal".



Em uma grande entrevista ao *New York Times*, o comandante das forças de combate do Exército e da Força Aérea dos Estados Unidos, general Wallace Nutting afirmou que se opõe frontalmente a uma invasão americana à Nicarágua. De acordo com o *Times*, a oposição de Nutting à uma invasão reflete uma visão que encontra bastante apoio entre os altos oficiais militares e faz eco às recomendações feitas pela Junta dos Chefes dos Estados Maiores ao presidente e ao secretário da Defesa.

A entrevista de Nutting, que comandou as forças armadas americanas na América Latina de 1979 a 1983, demonstra a extensão do debate que percorre os círculos da classe dominante americana sobre a invasão da Nicarágua, discussão que até recentemente foi conduzida secretamente. Uma parcela significativa da burguesia americana, preocupada com a possibilidade de uma invasão e com suas consequên-

cias, decidiu tornar o debate público.

Em sua entrevista ao *Times* publicada na edição de 30 de junho, Nutting respondeu um por um dos argumentos em favor de uma invasão. "Nós aprendemos a viver com Cuba por 25 anos. Eu penso que nós iremos aprender a viver com Nicarágua... Francamente, toda esta conversa sobre invadir a Nicarágua é contraproducente..."

"Se invadirmos a Nicarágua, nós não apenas ameaçaremos nossas relações de trabalho dentro do hemisfério mas também criaremos problemas com um bando de nossos aliados da OTAN", disse ele.

Nutting enfatizou a escala massiva que uma invasão americana à Nicarágua exigiria. Ele falou que isto deveria ser "uma grande operação" que requereria "múltiplas divisões e apoio aéreo e marítimo para ser desenvolvida. Seria uma grande luta para desalojar os Sandinistas."

General americano se opõe ao uso de tropas

O *Times* acrescenta: "há uma regra militar que afirma que uma força ofensiva deve ter três vezes mais poder do que a defesa para ser vitoriosa. O general Nutting disse, em um discurso recente, que a força militar da Nicarágua totaliza 119 mil homens, incluindo reservas e a milícia". Isto significaria, se aceitamos a estimativa de Nutting da força das tropas Sandinistas, enviar 357 mil soldados americanos à Nicarágua (os nicaraguenses teriam na realidade, afirmado dispor de um número maior no exército, milícia e reservas combinadas).

Durante a guerra contra o Vietnã, um país que tinha então uma população treze vezes maior do que a da Nicarágua hoje, as tropas americanas alcançaram o máximo de 550 mil soldados. E foram derrotadas.

Nutting conhece bem a instabilidade da situação do imperialismo americano no resto da América Central. Ele apontou para a necessidade de "restaurar a ordem pública e a segurança" através da América Latina e disse que a grande tarefa de Washington na América Central é "solidificar o controle democrático em El Salvador, tentar ajudar os hondurenhos a mantê-lo, ajudar os guatemaltecos a agir juntos, o que eles estão tentando fazer,

e apoiar a Costa Rica e o Panamá".

Nutting disse que, em sua opinião, o uso aberto de forças militares americanas na América Latina poderia ter profundas repercussões: "quanto menos nós atuarmos militarmente, melhor será."

Referindo-se ao profundo ódio do povo latino-americano pelas muitas invasões americanas de seu território, ele observou: "nós estamos pagando um alto preço agora pelo que eles chamam intervenções militares nos últimos 50 anos e eu não penso que nós queremos fazer isso novamente. Eu não."

A alternativa de Nutting para a invasão é tentar isolar a Nicarágua e Cuba, em parte dando aos outros governos da América Central garantias econômicas e políticas. Ao mesmo tempo, ele é favorável à manutenção de pressões políticas, econômicas e militares sobre a Nicarágua, visando forçá-la a alocar uma boa parte de seus limitados recursos na defesa e a manter-se em constante estado de prontidão militar. "Eu não gostaria de dar ajuda e conforto aos Sandinistas", afirma Nutting. "Eu penso que eles deveriam ter que ficar alertas para a possibilidade de uma invasão."

(Traduzido da INTERCONTINENTAL PRESS — Estados Unidos)

Itália: A derrota da escala móvel.

Publicamos abaixo uma declaração da LCR, seção italiana da IV Internacional sobre os resultados do referendo de 9 de junho passado. Esse referendo cuja iniciativa partiu do PCI e que visava suprimir o decreto lei governamental de fevereiro de 1984 — que reduz temporariamente os efeitos da escala móvel dos salários — representou um sucesso para a coalisão governamental: 54,3% dos eleitores votaram "não", exprimindo-se a favor da manutenção da medida governamental e 45,7% votaram "sim" a favor de tese defendida, além do PCI, pela DP-LCR e MSI. O fato de duas das três centrais sindicais — a CISL e o UIL — terem chamado a votar no "não" (a mesma atitude tomada pelo componente socialista da CGIL) sem dúvida alguma contribuiu para estes resultados.

É necessário destacar dois elementos: primeiro, os partidos que chamaram para votar "não" no referendo, não repetiram os 60% da votação obtidos nas eleições de 12 de maio último. Houve então um deslocamento de votos entre os eleitores que não corresponderam às ordens dos partidos que haviam sustentado antes. Conforme certas análises, uma parte importante dos eleitores do PSI teria votado no "sim", ao passo que a maioria esmagadora dos eleitores do neofacista MSI teriam votado "não".

Em seguida, como indicam os re-

sultados nos bairros operários e populares, a grande maioria da classe operária votou a favor do "sim" o mesmo acontecendo com os mais pobres, os camponeses e os pequenos burgueses do sul do país.

"A vitória do "não" no referendo de 9 de junho constituiu uma derrota séria para o movimento operário e as forças de oposição. Essa derrota é ainda mais grave, pois ela vem depois dos resultados das eleições de 12 de maio passado que foram favoráveis ao governo e aos patrões. A vitória do "não" vai reforçar a política anti-operária e anti-popular da coalisão governamental, dar legitimidade ao método empregado pelo governo de impor divisões a qualquer preço, e abrir o caminho para novos ataques.

A denúncia do acordo de 1975 sobre a escala móvel pelo presidente da organização patronal, antes mesmo que fossem conhecidos os resultados das eleições, confirma isso.

A vitória do "não", era evitável, mesmo após os resultados das eleições de 12 de maio. Ela somente se tornou inevitável pelo efeito de uma combinação de fatores a começar pela inércia política do PCI.

A frente partidária do "não" se mobilizou decididamente, incitando uma campanha ideológica e po-



lítica violenta. Impôs seu monopólio na utilização da televisão e recorreu a todas as armas de intimidação e chantagem política. A presença nas categorias de um setor sindical de grande peso defendendo a proposta governamental favoreceu incontestavelmente sua tarefa de dividir e confundir os eleitores operários e populares, facilitando assim o resultado negativo do referendo.

A ação resoluta e violenta dos partidários do "não" não foi contraposta por uma mobilização adequada dos partidários do "sim", por uma mobilização desde o início de sua campanha, pela expressão clara da vontade de explorar nossa vitória no referendo para afirmar as perspectivas favoráveis aos trabalhadores. Particularmente o PCI, após ter proposto o referendo dele,

se dissociou na prática, procurando uma mediação até 10 dias antes da votação, o que terminou levando ao enfraquecimento da campanha do "sim".

Após o revés de 9 de junho, uma reflexão se impõe ao movimento operário e sindical. Mas é necessário ao mesmo tempo organizar rapidamente uma linha de defesa contra novos ataques que fazem parte da denúncia patronal do acordo de 1975 sobre a escala móvel. Essa tarefa deve ser feita primeiro pelos conselhos de usinas e setores sindicais de esquerda, que devem organizar nas bases uma mobilização unitária de todos os trabalhadores, sem perda de tempo".

(Traduzido da INPRECOR — França)



3º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe

Acertos e desacertos do movimento

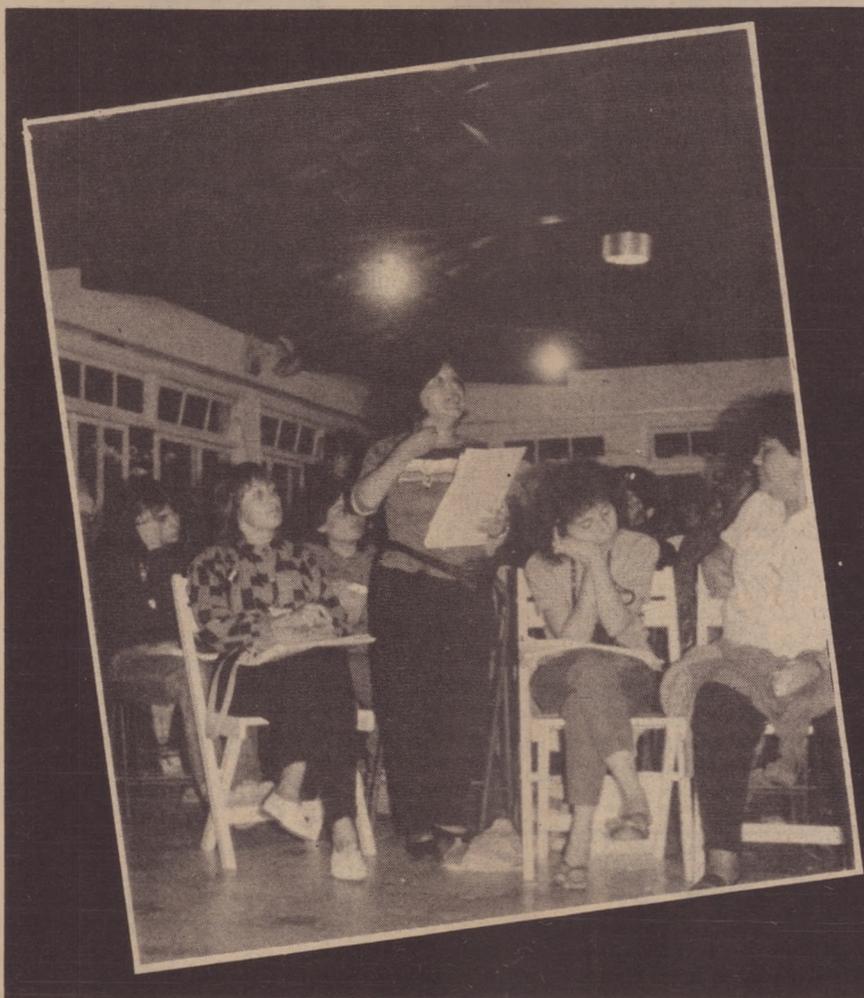
Com cerca de 900 mulheres, foi realizado nos dias 1 a 4 de agosto em Bertoga, São Paulo, o 3º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Quase 600 mulheres de todos os países da América Latina e vários países do Caribe se encontraram com brasileiras de todas as regiões do país, dispostas a compartilhar suas experiências de vida e de luta. O primeiro encontro realizado em Bogotá, Colômbia, em 1981, contou com cerca de 250 mulheres. Esse número praticamente duplicou no 2º Encontro, em Lima, Peru, em 1983.

O grande fórum que foi o 3º Encontro nos aponta para alguns acertos e desacertos do movimento feminista latino-americano. Desde as 23 faveladas que ficaram os quatro dias do lado de fora dos portões, passando pela riqueza da convivência com companheiras latino-americanas, pelas dificuldades de dialogar com a comissão organizadora, o Encontro nos trouxe, sem dúvida, sementes de uma reflexão necessária sobre os rumos do feminismo e do movimento de mulheres em nosso continente.

Precisamos pensar sobre o preço que pagamos pela busca de um encontro "gostoso" e alegre, mas que nos limita ao cobrar inscrição em dólares, e nos torna talvez insensíveis à pressão das mulheres faveladas do Rio de Janeiro a quem não se permitiu entrar. A Comissão Organizadora, ao tomar para si o direito de impedir a entrada destas mulheres, demonstrou uma dificuldade grande de tratar com a sensibilidade que reivindicamos, um problema político sério que marcou todo o encontro.

Feminismo e Política

Um outro problema que nos colocamos, o de não repetir os padrões da política tradicional, que sempre foi empecilho à participação das mulheres, educadas para se calar, transformou-se quase num novo modo de fazer política, onde a realidade está de tal forma estruturada que nos é im-



possível influenciar em seu desenvolvimento. Assim, em nome do não autoritarismo, da negação do discurso tradicional, não se permitiu às mulheres que lá estavam realmente influir sobre os rumos do Encontro. Dizia-se muito que somos nós, participantes do Encontro, que o fazemos, mas a dispersão das oficinas, a ausência de espaços centralizados de discussão, não possibilitava a ninguém influenciar na pauta pré-determinada. A forma de organização não permitia nem mesmo que as mulheres negras, que chegaram a identi-

ficar um certo preconceito contra si, pudessem expor seus sentimentos a todas nós.

O mais preocupante, no entanto, foi a manifestação de uma postura, anti-partido, às vezes muito agressiva, que chegava a se caracterizar como uma postura anti-política. Esta tendência se manifestou desde o início em um temário apenas intimista e, na verdade, fechado à discussões além de nossos corpos e almas individuais. Essa postura fez com que se procurasse mesmo até uma certa di-

visão provocada entre as feministas que têm uma opção partidária, e as feministas que vêem nos partidos uma ameaça ao feminismo. Chegou mesmo a haver, em um grupo de discussão, uma salva de palmas às feministas sem partido. É quase um ran-cor manifesto que aparece como uma dificuldade de trabalhar sua própria opção não partidária.

A companheira da Associação de Mulheres Nicaraguenses Luísa Amanda Espinosa, Patricia Lindo, comentou haver notado "as feministas autônomas ou sem partido serem mais agressivas e desrespeitosas com as feministas que são militantes de partido do que o contrário."

O próprio caráter do feminismo, intrinsecamente anti-capitalista, condenando a divisão do público e do privado que nos é imposta e se opondo com toda sua garra à utilização mercantil de nós mulheres, de nossos corpos e de nossos pensamentos, lhe dá um caráter potencialmente revolucionário. Isso, no entanto, não significa que a opção partidária seja obrigatória para todas as mulheres feministas. E é preciso saber trabalhar com as opções diferentes.

A plenária final foi avessa a quaisquer críticas ou observações que se quisesse fazer sobre os desacertos do Encontro. Até sugestões para o próximo Encontro não foram vistas como propostas de melhora, mas como possíveis críticas à comissão organizadora, ou até mesmo como negação da riqueza do 3º Encontro.

Devemos, no entanto, reconhecer o erro de não termos participado da organização do Encontro desde o princípio. A melhor forma de fazê-lo é começar desde já a nos preparar para o 4º Encontro que será realizado no México em 1987, procurando contribuir com as companheiras mexicanas, através de cartas e sugestões e nos organizando para que possamos participar em um número significativo.

A década da Mulher

A Conferência de Nairobi

Mais de treze mil mulheres de todas as partes do mundo participaram do Fórum'85, a conferência internacional de mulheres patrocinada pela ONU para organizações não governamentais, que marca o fim da década da mulher. Esta conferência organizada em torno dos temas da paz, igualdade e desenvolvimento, foi encarada por muitas mulheres como uma forma de trocar informações e experiências e influenciar a conferência oficial que se realizou simultaneamente em Nairobi, onde participavam as representantes dos órgãos governamentais.

O Fórum 85 e a Conferência oficial foram a terceira série de conferências sobre a questão das mulheres realizada pela ONU desde que instituiu a década da mulher, 1975-85.

Ambas foram organizadas para o final da década e avaliar o progresso das mulheres neste período. As duas conferências anteriores foram realizadas em 1975, no México, em 1980 em Copenhage.

O fórum não-governamental

O encontro de Nairobi se estruturou em mais de mil oficinas, expondo experiências e discussões de todos os tipos de trabalho com e sobre as mulheres. Além disso, foi organizado um festival de mais de 180 filmes, além de exposições de fotografias de vários países. A multiplicidade de atividades no entanto, não ocultou uma presença constante de denúncias de todas as formas de violência da sociedade. A necessidade premen-

te da luta pela paz marcou todo o encontro.

A comissão organizadora do Fórum'85 já indicava que ele se concentraria na situação das mulheres nos países semi-coloniais, o que se somava ao peso significativo das delegações dos países dependentes. Somente as africanas constituíram um terço do encontro. A delegação da América Latina também se viu reforçada pelo apoio de Cuba, que organizou a ida de mulheres de todo o continente. Isso reforçou ainda mais a tônica da necessidade do desenvolvimento para que se possam obter conquistas no sentido da igualdade.

Em reuniões, comemorações e grupos paralelos, se organizaram todos os tipos de reivindicações e de-

núncias: o peso da dívida externa, as atrocidades da situação de guerra no Irã-Iraque, o direito de auto-determinação dos palestinos, denúncias de racismo em vários países e a condenação do apartheid (política racista da África do Sul), oposição às ameaças americanas na América Central. A politização do Fórum de Nairobi, sem dúvida muito maior que dos dois fóruns anteriores, não demonstrou, no entanto, uma integração profunda entre a situação de opressão das mulheres e a luta geral anti-capitalista e anti-militarista. Foram quase discussões paralelas, que mostram ainda uma busca de caminhos do feminismo e do movimento de mulheres no sentido de vincular a luta pela sua libertação à luta pelo fim de todas as formas de opressão.

Mulheres contra a intervenção

Com título de "Situação Atual das Mulheres Latino-americanas e do Caribe", foi realizada em Havana, Cuba, de 3 a 7 de junho último, uma conferência de quatro dias, organizada pela Frente Continental de Mulheres contra a Intervenção. Participaram 296 mulheres, delegadas de 27 países da América Latina e do Caribe.

A conferência foi organizada em quatro comissões de trabalho. 1. "A situação econômica das mulheres latino-americanas e do Caribe". 2. "A integração das mulheres na realidade política do continente e de seus próprios países". 3. "A multiplicidade de formas de luta", e, finalmente, 4. "Mulheres, arte e cultura no continente".

Entre as participantes estava a Comandante Gália da F.M.LN de El Salvador, delegadas de organizações de direitos humanos, sindicalistas, líderes camponesas, representantes de partidos políticos de vários países e algumas mulheres de grupos feministas e da imprensa feminista. Estava presente uma delegação bastante grande de mulheres da Federação de Mulheres Cubanas.

A conferência foi aberta por Vilma Espín, presidente da Federação de Mulheres Cubanas, e por Fidel Castro, que participou das discussões durante os quatro dias. No seu



Vilma Espín (presidente da Federação Cubana de Mulheres e Doris Tijerino, (comandante nicaraguense)

discurso de abertura, a Comandante Sandinista, Doris Tijerino, da Nicarágua, coordenadora da Frente de Mulheres Contra a Intervenção, ressaltou o agravamento da situação das mulheres devido à crise. "Quando ocorrem dispensas massivas, as mulheres são sempre despedidas primeiro. Cada vez mais aumenta o número das que abandonam o campo devido ao empobrecimento progressivo do campesinato latino-americano. Nas cidades, a prostituição atinge mulheres cada dia mais jovens. E com a pressão do desemprego e o elevado custo das necessidades básicas, as mulheres são forçadas, junto com seus filhos, a se submeter a todo tipo de trabalho informal, como parte da estratégia de sobrevivência da família".



"Isso é agravado pelas condições desfavoráveis em que geralmente as mulheres estão empregadas: salário mais baixo, tarefas mais alienantes, trabalhos temporários ou quando há grande procura de força de trabalho para depois serem demitidas. E isso é reforçado pela concepção machista de que o homem é a cabeça do casal, e o trabalho da mulher, apenas complementar ao orçamento da família."

A declaração final da conferência afirma de maneira clara a vinculação da luta pela libertação das mulheres nos países dependentes e atrasados com a luta anti-imperialista: "Conscientes de nossa luta e de que os problemas das mulheres são problemas de seus povos, que a crise se manifesta com dureza duplicada sobre as

mulheres devido às desigualdade e a discriminação que durante os séculos afetaram gerações de mulheres, estamos de acordo que a luta contra a discriminação das mulheres e por total igualdade é uma parte inseparável da luta contra a dependência e o subdesenvolvimento."

A conferência de mulheres em Havana, realizada um mês antes do fechamento da década da mulher, em Nairobi, Quênia, já introduzia, assim, a linha de debate dominante no fórum das entidades não governamentais. Mas para nós, mulheres feministas, latino-americanas, o mais importante foi ver introduzida nas discussões organizadas por Cuba a discussão sobre a opressão específica das mulheres, com uma perspectiva feminista. Para nós é importante também a participação de companheiras do PT e outros setores feministas como o jornal Mulherio, o Centro de Informação Mulher (CIM), a medida que diversificam os contatos do Movimento de mulheres com Cuba. Infelizmente as companheiras da Federação de Mulheres Cubanas não puderam entrar no Brasil a tempo de participar do 3º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, o que lhes possibilitaria uma rica experiência com visões diferentes do movimento.



Tribuna da Luta Operária



Quem sustenta Sarney?

A despeito de seu apoio decidido e raivoso ao governo Sarney, a Tribuna ainda não descobriu quem o sustenta. Num artigo de sua edição nº 226 ela vai descartando tanto a Aliança Democrática, como o PMDB e o movimento popular. Têm que perguntar mesmo quem sustenta o governo... Um governo acima das classes...

A partir dessa confusão, a Tribuna confunde declarações com intenções e fecha os olhos ao que ocorre no mundo real. Chega a escandalosamente anunciar que o "Imperialismo não engole medidas da Nova República". Cabe perguntar porque os rasgados elogios do presidente do Citybank ao governo Sarney. O que a Tribuna não percebe (e nem pode) é o limite que o governo brasileiro já se colocou para as

negociações com o sistema financeiro internacional: não há rompimento a vista.

Na questão da dívida externa estamos mais próximos da análise dos companheiros do Planeta Diário, que em sua última edição afirmava que "... Francisco Dornelles, o popular Chico Sobrinho, acalmou a opinião pública preocupada com o pagamento da dívida ao declarar que a fase crítica das negociações terminou e que sua equipe econômica já tirou o grosso da gordura, só faltando agora passar uma esponja, enxaguar e olhe lá". O título da matéria do Planeta Diário: "Dornelles lava prato para pagar a dívida". O jornal humorista está mais perto da realidade que o stalinista.

Voz da Unidade

Conselhos a Sarney

A Voz da Unidade em seu nº 260 traz uma nota da CDNP do PCB, emitida a propósito do pronunciamento de Sarney. Nesta nota o PCB considerou positiva a postura política assumida pelo presidente. No entanto, o PCB reclama de um programa explícito e detalhado das providências imediatas a serem implementadas.

É lamentável que a Voz da Unidade não tenha ainda percebido que há um conjunto de providências que estão sendo tomadas, só que segundo um programa "implícito", ditado pelos banqueiros internacionais e pelos grandes grupos nacionais.

Há ainda nesta edição um artigo sobre a Constituinte. Nele o ar-

ticulista critica a "Comissão Constitucional" nomeada por Sarney. Como base para a crítica é dito que "... seria ilusão pensar que uma comissão nomeada, na atual conjuntura, conseguisse ultrapassar, em sua proposta, os limites do liberalismo político ou avançar nos terrenos econômico e social".

Tudo certo, mas será que o pessoal da Voz ainda não percebeu que um "congresso com poderes constituintes" também dificilmente ultrapassará esses limites? É uma pena que ao não perceber esse detalhe a Voz preste apoio à farsa de Constituinte que Sarney convocou...

Convergência Socialista

Peru e dívida

Por algum engano saiu na capa do nº 51 do jornal Convergência Socialista a notícia "Peru suspende pagamento da dívida". O que não corresponde à realidade: o novo presidente peruano apenas propôs limitar o pagamento dos juros em 10% do valor das exportações do país.

Esta postura recebeu até elogios (irônicos) dos banqueiros. O presidente do Citybank disse que "... isso já é um ganho, pois o Peru não tem pago sua dívida externa. Além disso, o Presidente do Peru tem manifestado interesse em conversar com os bancos internacio-

nais" (Gazeta Mercantil, 7/08/85).

Olavo Setúbal também elogiou a postura peruana, ressaltando que Alan Garcia havia respondido à proposta de moratória colocada por Fidel Castro. Olavo Setúbal ainda coloca a necessidade de todos os endividados amarrarem o pagamento da dívida com um determinado valor das exportações.

O que é estranho é o destaque que o Convergência Socialista dá ao Peru, ressaltando em editorial a sua "resistência concreta" ao mesmo tempo que tanto criticam as posições de Cuba, dando destaque às "contradições de Fidel".

UNE: Com o governo, sem os estudantes



Abertura do Seminário: a presença de ministros e autoridades

O ministro Marco Maciel tomou a palavra e durante vinte minutos falou acerca do papel da universidade, mas alegando falta de verbas para seu ministério, nada apresentou de concreto para solucionar a crise do ensino superior no Brasil. Ainda assim, uma parte do plenário — os estudantes apoiadores da política da diretoria da UNE — pediu bis. Entre aplausos e vaia, o ministro discursou por mais quarenta minutos. Esta foi a tônica do Seminário Nacional de Reforma Universitária que contou com a presença de várias outras autoridades como o ministro da Cultura, os secretários da Educação dos estados de São Paulo e Paraná, alguns deputados e um senador, além de vários reitores e ex-diretores da UNE. Enfim, uma enxurrada de discursos oficiais e muito pouca discussão entre os próprios estudantes.

Síntese das discussões não houve, pois sequer uma plenária de encerramento, que pudesse globalizar as discussões feitas em grupo, foi realizada. As propostas foram apresentadas direto no Conselho de Entidades de Base (CONEB), instalado ao término do Seminário. Como o primeiro acumulou pouco, a discussão do CONEB acerca da Reforma Universitária também não avançou além do que já se discute há alguns anos. Apenas serviu para a diretoria da UNE aprovar suas propostas e assim selar um “pacto” entre a UNE e o Ministério da Educação.

Isso materializou-se nas propostas aprovadas, de democratização do Conselho Federal de Educação incorporando as entidades da Comunidade Universitária, sem sequer tocar no restante da composição; e

de implementação da Emenda João Calmon — que prevê 13% da arrecadação tributária para a Educação — deixando a cargo do governo a decisão a respeito da data. Além disto, o CONEB abriu mão de reivindicações históricas dos estudantes, como é o caso da bandeira de um terço de representação nos órgãos de direção das universidades.

A Reforma que o ministro quer

O ministro Marco Maciel tem vindo a público admitir a crise global do ensino superior no país, assumindo, inclusive, a necessidade de uma nova Reforma Universitária. Entretanto, pela própria fala do ministro, não se trata de Reforma Universitária cobrada pela comunidade universitária, por uma universidade pública e gratuita, autônoma e democrática. A intenção do governo é apenas restaurar o modelo atual, adaptando a instituição ao processo geral de modernização do estado. Trata-se de conceder maior autonomia administrativa e financeira aos reitores e romper com a verticalização absurda do poder hoje concentrado nas mãos do Ministério. Mas sem, no entanto tocar em aspectos fundamentais da Reforma de 1969, como a gigantesca rede privada de ensino ou a democratização dos organismos de gestão da universidade.

Este objetivo se manifesta na ausência de quaisquer concessões às reivindicações da comunidade universitária e no método pelo qual o novo Ministério pretende elaborar seu projeto de Reforma, ou seja: através de uma comissão de alto nível, formada recentemente e indicada pelo próprio ministro.

Dois passos atrás do populismo

Diante deste quadro, as resoluções aprovadas neste IV Conselho Nacional de Entidades sequer chegam a configurar uma política de pacto por parte da diretoria da UNE, no caso entre estudantes e governo. Isto porque não se pode chamar pacto quando não há nenhum nível de concessão do governo no sentido de atender algumas das reivindicações dos estudantes. Na verdade, esta orientação se aproxima muito mais de uma política governista, tornando a União Nacional dos Estudantes uma mera base de apoio da “Nova República”. Este, aliás, não é um fato inusitado na história mais recente desta entidade, que em seu último Congresso retirou uma moção de apoio à Candidatura Tancredo Neves. Agora se assiste de forma mais grotesca a decorrência deste episódio.

Uma traição à luta dos estudantes? Certamente, pois mesmo no início dos anos 60, quando a UNE se via sob uma direção abertamente populista e respaldando o governo João Goulart, ainda se mantinha um referencial nas bandeiras e na mobilização estudantil. A greve geral de 1962 pela paridade nos órgãos colegiados das universidades — conhecida como greve do um terço — foi um momento de luta dos estudantes em pleno auge do período populista. Hoje a direção da UNE nega o conteúdo da ação e toda a mobilização estudantil.

O esvaziamento da UNE e a alternativa petista

Do Seminário participaram 800 estudantes, um número sem dúvida

• De 24 à 30 de julho, no Centro de Convenções do Anhembi em São Paulo, realizou-se o IV Seminário Nacional de Reforma Universitária da UNE e, em seguida, o IV Conselho Nacional de Entidades de Base. A presença na abertura do Seminário de várias autoridades oficiais, como o ministro Marco Maciel, da Educação, e as propostas apresentadas pela diretoria da UNE, atestam a opção tomada pela União Nacional dos Estudantes de tornar-se uma base de apoio do novo regime.

BID - Coordenador geral UEE-RJ

inferior ao aguardado pela diretoria da UNE. Do Conselho Nacional de Entidades de Base, apesar de terem se inscrito 530 entidades, participaram cerca de 350, tornando este o menor CONEB desde a reconstrução da UNE em 79. Estes números além de representarem um resultado desta política no movimento, são o que asseguram a hegemonia desta mesma política nos fóruns da entidade nacional, pois é fácil defender qualquer proposta quando não se tem que passar pelo crivo do conjunto dos estudantes.

Porém, uma contradição fica à mostra: se pensa estar formalizando um “pacto entre governo e estudantes”, quando estes não estão presentes. Isto pode ser notado nos encontros nacionais de cursos que também se realizaram neste mês de julho. Diferente das instâncias da UNE, eles contaram com uma presença numerosa de estudantes e a maior parte deles posicionou-se contrária ao atrelamento das entidades à política do governo.

Estes fatos mostram, por um lado, que a linha da diretoria da UNE, apesar de vitoriosa nos fóruns, não hegemoniza o movimento. Por outro, as insuficiências do PT — e do classismo de maneira geral — em se apresentar como uma alternativa de direção para os estudantes. Isto vem ficando muito claro e reafirmou-se neste Seminário e no CONEB, quando os estudantes petistas se viram, diante da suspensão do encontro nacional, mais uma vez sem um programa unificado. As plenárias do PT definiram como proposta à Executiva Nacional a convocação do I ENEPT para antes do congresso da UNE.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aluísio Marques, Alvaro Meilo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Sérgio Moura.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.549/001-10.

Sucursais: **Belo Horizonte:** R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30 000; **Porto Alegre:** R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90 000; **Rio de Janeiro:** R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20 031; **Vitória:** Caixa Postal 1.427 — CEP 29 000; **Natal:** Caixa Postal 1.550 — CEP 59 072; **Belém:** Caixa Postal 4.001 — CEP 66 000; **Florianópolis:** Caixa Postal 5 088 — Cidade Universitária — CEP 88 000; **Goiânia:** Caixa Postal 469 — CEP 74 000.

Tiragem desta edição: 9000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.

Assine EM TEMPO

À Editora Aparte Ltda

Estou enviando cheque nominal no valor de Cr\$referente à

Assinatura do jornal EM TEMPO (12 números) — Cr\$ 20.000

Assinatura da revista PERSPECTIVA INTERNACIONAL — (6 números) - Cr\$ 20.000

Nome

Endereço

CEP..... Cidade..... Estado.....

Telefone

Editora Aparte Ltda — Tel 852-8880 - Rua Francisco Leitão 57 - CEP 05414 - Pinheiros - São Paulo

Ernest Bloch (1885-1985)

A Força Revolucionária Da Esperança

Um dos maiores filósofos marxistas de nossa época é um perfeito desconhecido da esquerda revolucionária do Brasil. Obras como "O Princípio Esperança" deveriam ser uma leitura obrigatória. Especialmente agora, quando os revolucionários necessitam recuperar ou reafirmar a necessidade e a função da militância revolucionária. Quando o comunismo tem que voltar a representar o que ele chama a utopia concreta, a luta pelo que não existe ainda, e é a resposta necessária à miséria, à guerra, à fome existente.

Miguel Romero

Há versões da obra de Bloch para todos os gostos: "desfiguram-no sem piedade", conforme diz Javier Sádaba, no jornal espanhol "El País". Não é estranho escutar respeitadas citações de Bloch na boca de padres esclarecidos.

Porém, Bloch continuará sendo um dos principais artífices de uma tarefa de titãs: devolver à filosofia marxista sua força moral revolucionária arrasada pelo estalinismo, lutar para que o comunismo volte a representar a esperança dos oprimidos. "Esperança" é a palavra chave na obra de Bloch. Quando ele próprio tomou consciência, tardiamente, da catástrofe estalinista, escreveu um lema exemplar: "Perdemos as certezas, só nos resta a esperança". Também nós, que procedendo de outra corrente marxista podemos manter algumas "certezas" fundamentais necessitadas, não seria necessário dizê-lo, da força revolucionária da esperança.

Pensamos que a melhor homenagem que podíamos render-lhe seria reproduzir alguns poucos parágrafos de sua obra monumental (mesmo que seja sob forma de tradução apressada). Escolhemos o final do primeiro volume de "O Princípio Esperança". O capítulo do qual faz parte chama-se "Final Feliz" ("Happy end") desmascarado e, apesar de tudo perseguido". Neste, Bloch começa denunciando a fun-



ção reacionária, desmobilizadora da ilusão no "Final Feliz", no qual cada um terá sua "fatia do bolo" na sociedade capitalista. Porém, mais adiante, descobre outra tendência que trabalha também por um "Final Feliz" mas em sentido oposto. "A mentira trata de fazer-nos crer que a solução feliz é acessível aqui e agora, sem que se tenha que mudar nada no atual estado de coisas (...), porém desmascarando este otimismo podre, a inteligência não tem por que frustrar a esperança, que foi sempre um dos mais poderosos motores da história, como espera e busca de um objetivo positivamente visível pelo qual é importante lutar (...)"

E Bloch conclui assim:

"O pessimismo incondicional serve tanto aos interesses do movimento reacionário quanto ao otimismo artificialmente condiciona-

do. Porém este, pelo menos, não é tão imbecil a ponto de não crer em nada. Nega-se a acreditar que a vida arrastará sua mediocridade de século em século, que a humanidade não sairá nunca de sua letargia e que o mundo parecerá sempre um sepulcro. Não vê o mundo como um cenário mortalmente triste, no qual não vale a pena fazer nada. Contrariamente a um pessimismo cúmplice da corrupção, que dela se aproveita servindo-a, um otimismo experimentado não renegará a fé em seu objetivo, nem mesmo nos momentos de desengano pela força das circunstâncias. Pelo contrário, compreenderá que deve corrigir sua fé e colocá-la de novo em ação.

Por isso, encontra-se muito mais alegria em um nazista arrependido, do que em uma assembléia geral de cínicos e niilistas. Por isso tem-se que buscar o inimigo obstinado do

socialismo não só no grande capital, mas também na massa de indiferença e de falta de esperança que existe no mundo: se elas não existissem, teríamos somente que combater o grande capital. Sem elas, sequer seria necessário adiar esse tempo em que o socialismo será por fim abraçado pela imensa maioria, cujos interesses representa sem que ela o saiba.

O capital tem boas razões para buscar converter as massas, não somente a uma concepção falsa do "happy end", mas também ao seu próprio niilismo. Por que este niilismo constitui um perigo ainda maior e diferentemente do "happy end" só pode ser corrigido pelo seu próprio desaparecimento. E seu desaparecimento é a verdade que, por sua vez, despoja, liberta e abre caminho para uma humanidade socialmente possível. Esta é a verdade, que apaga as demais e impõe que voltemos ao trabalho, sem tristeza ou frieza. Mas com a atitude de um otimista crítico e militante, que no seio do que existe se orienta na direção do que ainda não existe, na direção das possibilidades cultiváveis da luz. Os homens plenos de um futuro feliz; nenhum projeto vale nada sem esta fé profunda em si mesmo".

(Traduzido do COMBATE - Espanha)

Heinrich Böll

O incansável engajamento de Heinrich Böll em favor dos direitos do cidadão contra as invasões do Estado, sua obstinação em denunciar as proibições ao exercício de atividades profissionais por motivos políticos, as manipulações demagógicas dos jornais de direita da cadeia Springer e toda prepotência do Estado policial, sua simpatia ativa pelos ecologistas e os pacifistas, incentivaram esta direita alemã, que nada aprendeu e nada esqueceu, a descreve-lo como uma espécie de lobo "marxista-comunista" vestido com a pele de carneiro do catolicismo liberal.

O último dos justos

Por Alain Brossat

A imagem de "simpatizante" de todas as causas nobres da esquerda extra-parlamentar alemã, o seu posicionamento na contra-corrente da tradição alemã não dando sossego ao Estado, conduziram muitos "amigos" de Heinrich Böll no estrangeiro — mais prontos a saudar suas tomadas de posição políticas do que a ler sua obra — a se enganarem sobre sua pessoa. De fato, se ele pode cumprir, na Alemanha dos anos oitenta, o papel de "consciência pública" que Sartre cumpriu na França dos anos sessenta, ele não tinha nada de um "escritor engajado" no sentido em que o autor do Fantasma de Stalin o entendia.

Böll era antes de tudo um escritor cuja pátria era a língua. "Não existe forma mais elevada de pertencer a um povo — afirmou em uma entrevista — do que escrever em sua língua; mesmo quando se escreve mal. Porque se emprega a língua como meio de expressão e isto é uma vantagem sobre a posse de um passaporte, uma carteira de identidade ou uma cédula eleitoral."

Para prosseguir o paralelo com Sartre, Böll não se definia em nada com um escritor "em situação". Se



ele assume plenamente a história da Alemanha como uma herança, sua história alemã (o nazismo de sua adolescência, sua participação na Segunda Guerra Mundial, e este pós-guerra amnésico, tão presente em sua obra), serve também para recusar de forma abso-

luta toda absorção desta obra no aqui e agora histórico e político.

Todos os seus romances, por mais "situados" que sejam, tratam de temas universais, cujo fio condutor e a inspiração são sua fé cristã, a Graça, o Justo, a predestinação... "o que conta, diz ele na entrevista citada acima, é uma problemática permanente, uma problemática que eu qualificaria quase de mitológica, de teológica, que é sempre presente, de ponta à ponta."

Nada explícita melhor esta presença distante que define a relação da história com a sua obra do que esta citação: "Tomemos a seguinte hipótese: não houve a guerra nem os nazistas. Eu teria portanto escrito meu primeiro romance em 1942/3, à idade de 25 anos. Eu estou certo que volto para casa, Bogner teria sido escrito quase exatamente da mesma maneira e isto na ausência da guerra e dos nazistas (...) Há já tais componentes na literatura após a Primeira Guerra Mundial: desmoronamento, queda, explosão de estruturas que se acreditava eternas — o casamento, a Igreja."

Não sejamos rigorosos com Böll por ele não o ter apontado da forma como nós o sonhamos. Mas deve-se aceitar os amigos tais como eles são, não é mesmo? E os compreender.

(Traduzidos do ROUGE — França)